



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**MARIA JOSÉ NASCIMENTO FERNANDES DE ARAÚJO**

**A REALIDADE EDUCACIONAL DOS PESCADORES DA PRAIA PONTA DE MATOS EM  
CABEDELO: NAVEGANDO NAS VELAS DO ANALFABETISMO**

**JOÃO PESSOA - PB  
2018**

MARIA JOSÉ NASCIMENTO FERNANDES DE ARAÚJO

A realidade educacional dos pescadores da Praia Ponta de Matos em Cabedelo: navegando  
nas velas do analfabetismo

Monografia do Curso ao Centro de Educação, como  
parte das exigências do Curso de Graduação em  
Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado

JOÃO PESSOA/PB

2018

A658r Araujo, Maria José Nascimento Fernandes de.

A realidade Educacional dos Pescadores da Praia de  
Ponta de Matos em Cabedelo: navegando nas velas do  
analfabetismo / Maria José Nascimento Fernandes de  
Araujo. - João Pessoa, 2018.

89 f. : il.

Orientação: Quêzia Vila Flor Furtado.

Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Analfabetismo.Exclusão.Divisão de Classes.Escola. I.  
Vila Flor Furtado, Quêzia. II. Título.

UFPB/BC

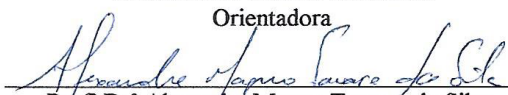
MARIA JOSÉ NASCIMENTO FERNANDES DE ARAÚJO

A realidade educacional dos pescadores da Praia Ponta de Matos em Cabedelo: navegando  
nas velas do analfabetismo


Aprovado em: 15 / 06 / 2018



Profª Drª Quézia Vila Flor Furtado  
Universidade Federal da Paraíba  
Orientadora



Profª Drª Alexandre Magno Tavares da Silva  
Universidade Federal da Paraíba  
Examinador



Profª Drª Elzanir dos Santos  
Universidade Federal da Paraíba  
Examinadora

JOÃO PESSOA/PB 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder o privilégio de estar viva e poder escolher a direção de minha caminhada.

Agradeço aos meus queridos pais José Virgínio Fernandes e dona Maria da Solidade Nascimento Fernandes (em memória), que educaram a mim e meus irmãos dando exemplos de respeito ao outro, ética, responsabilidade e humanidade.

Gratidão ao meu esposo Eduardo pela paciência e disponibilidade em me ajudar nessa caminhada, sendo atencioso e paciente nessa etapa da minha vida.

Aos meus filhos Bruno e Eduardo; e aos meus netos Davi, Letícia, Lara e Enzo, que são os bens mais preciosos da minha vida e ajudaram a me tornar uma pessoa melhor.

Agradeço a meus irmãos e especialmente a minha querida irmã e parceira “Sinhá moça”, que sempre me apoiou na jornada da vida.

Gratidão à orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado, pela atenção, não só como orientadora, mas como professora sensível e atenta, que sempre me ajudou para além da sala de aula, com carinho, afetividade e paciência.

A banca examinadora composta pelos Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elzanir dos Santos que contribuiu com seus conhecimentos na minha trajetória acadêmica.

A todo o corpo docente que fizeram parte de minha jornada ao conhecimento, e que, ao passar por mim deixaram um pouco de si e dos seus saberes, me ajudando a concretizar este sonho.

A todos os amigos de sala que me fizeram companhia nesta jornada e que de uma forma ou outra contribuíram para que esse momento se realizasse, especialmente Aline, Klebson e Selma que se fizeram mais presentes.

## RESUMO

O analfabetismo é uma realidade que assola o país e deixa marcas de exclusão na vida das pessoas que vivenciam esta situação. Ao longo dos anos, a sonegação do direito a uma educação plena, vem produzindo analfabetos dentro da escola e alimentando uma divisão de classes que se perpetua e faz novas vítimas: com trabalhos, deveres e endereços certos, mas que precisam ser alterados. O objetivo do trabalho visa analisar a realidade educacional dos pescadores da Praia de Ponta de Matos em Cabedelo. A metodologia aplicada na pesquisa com os 17 pescadores tem caráter qualitativo e utiliza como instrumento as técnicas de observação e pesquisa estruturada. Os referenciais teóricos acolhidos na pesquisa foram: Freire (2013/2014), Arroyo (2009/2017), Furtado (2008/2015), e Ventura (2002), entre outros. Na análise foi possível constatar que mais de cinquenta por cento dos pescadores entrevistados são analfabetos e que a ausência da escolarização contribuíra na opção ao trabalho precarizado que ocasiona restrições em suas vidas no âmbito social e econômico. Nesta concepção, a escola se apresenta como local de construção do saber que pode alicerçar a formação do sujeito autônomo e ético para atuar na formação da nova sociedade.

**Palavras-chave:** Analfabetismo. Exclusão. Divisão de classes. Escola.

## ABSTRACT

Illiteracy is a reality that plagues the country and leaves marks of exclusion in the life of the people that live this situation. Over the years, the denial of the right to a full education has produced illiterates inside the school and nurtured a class division that perpetuates itself and makes new victims: with jobs, duties and right addresses, but that need to be changed. The objective of this work is to analyze the educational reality of fishermen of the beach in Ponta de Matos in Cabedelo. The methodology applied in the research with the 17 fishermen has a qualitative character and uses as instrument the techniques of observation and structured research. The theoretical references accepted in the research were: Freire (2013/2014), Arroyo (2009/2017), Furtado (2008/2015), and Ventura (2002), among others. In the analysis it was possible to verify that more than fifty percent of the fishermen interviewed are illiterate and that the absence of schooling contributed to the option of precarious work that causes restrictions in their lives in the social and economic sphere. In this conception, the school presents itself as a place of construction of knowledge that can support the formation of the autonomous and ethical subject to act in the formation of the new society.

**Key-words:** Illiteracy. Exclusion. Division of classes. School.

## **TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Identificando o processo de escolarização5.....	1
<b>Tabela 2</b> – Compreendendo as razões da ausência da escolarização.....	61
<b>Tabela 3</b> – Descobrindo a origem dos saberes .....	65
<b>Tabela 4</b> – Analisando os impactos da ausência da escolarização na vida profissional.....	70
<b>Tabela 5</b> – Avaliando as concepções da importância da escola na vida dos pesquisados..	75

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>8</b>
<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>11</b>
 <b>1 MARCO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS E CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS QUE PERMEARAM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO BRASIL .....</b>	 <b>14</b>
1.1 As marcas da exclusão.....	16
1.2 O Analfabetismo.....	19
1.3 O direito a educação .....	24
1.4 A EJA como direito .....	28
 <b>2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....</b>	<b>32</b>
2.1 Cabedelo: história e política de funcionamento dos serviços públicos .....	32
2.2 Praias de Ponta de Matos.....	40
2.3 O resultado da ação humana na Praia de Ponta de Matos em 45 anos .....	40
2.4 O cotidiano dos pescadores e suas adversidades .....	42
 <b>3 Erro! Indicador não definido.     Erro! Indicador não definido.</b>	
3.1 Sujeitos e contexto da pesquisa .....	50
3.2 Qual a origem de seus saberes? .....	65
3.3 Percepções dos pesquisados sobre o impacto da falta da escolarização na vida econômica e social.....	69
3.4 Refletir sobre a importância da escola para autonomia dos sujeitos .....	74
 <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>88</b>



## INTRODUÇÃO

A pesca artesanal<sup>1</sup> é uma atividade milenar desenvolvida em todo mundo. Ela gera fonte de renda e empregos diretos e indiretos, sendo formada por uma enorme teia de homens envolvidos em um complexo processo de vida e trabalho. Ela pode ser também exercida para subsistência humana e de forma recreativa, podendo ser realizada em barcos de pequenos ou grandes portes e em canoas ou jangadas, dependendo de sua finalidade.

Na maioria das vezes, a pesca artesanal é um trabalho extremamente precarizado e insalubre, onde os pescadores permanecem no mar por vários dias, submetidos a condições climáticas e insalubres, propiciada pelo fato do barco não oferecer uma estrutura básica para os tripulantes, chegando a envolver questões ambientais, no que se refere a destinação dos resíduos produzidos. Ainda assim, alguns pescadores, naturalizando está situação, não deixam de ir para o mar, mesmo depois de aposentados, pois, entre estar em um ambiente restrito e coberto por telhas, eles preferem a imensidão do mar, o balanço das ondas, o azul do céu e o brilho das estrelas. O mar representa o afastamento da família, mas também o encantamento por sua beleza, como mostra a canção, “O bem do mar”:

O pescador tem dois amor  
Um bem na terra, um bem no mar;  
O bem de terra é aquela que fica  
Na beira da praia quando a gente sai;  
O bem de terra é aquela que chora  
Mas faz que não chora quando a gente sai;  
O bem do mar é o mar, é o mar  
Que carrega com a gente Pra  
gente pescar (Caymmi, 1954).

Entender os motivos que leva homens a serem obrigados a se lançarem ao mar, na busca pela sobrevivência em detrimento da convivência diária, carinho e aconchego do lar é fazer conjecturas na busca de respostas que podem trazer variadas possibilidades.

---

<sup>1</sup> A pesca artesanal é caracterizada pela sua produção em uma escala menor, e é exatamente esse processo que apresentar os fatores de importância social e econômico para as famílias que vivem às margens da costa brasileira. Sua principal característica é o fato de que o pescado deve ser utilizado como forma de subsistência e, no máximo, em venda de comércio local.

Sendo assim, descobrir que concepções permeiam a vida destes pescadores, qual a sua realidade educacional e que medidas devem ser tomadas para reverter o panorama estabelecido, se torna imprescindível para entender se a escolha pela profissão foi opcional ou imposta por uma sociedade que cultiva e cultua a desigualdade social como forma de perpetuar a divisão de classes.

Neste sentido, variadas hipóteses podem ser elencadas para refutar ou confirmar a causa da realidade educacional dos pescadores. A hipótese básica presumida, para o exercício do trabalho precarizado, pode ser a falta de oportunidade para o processo de escolarização. Porém não se pode desprezar que o desenvolvimento da linguagem e da escrita nas crianças, jovens e adultos, podem sofrer interferências não somente sociais, como também psicossociais e cognitivas.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar a realidade educacional dos pescadores da Praia de Ponta de Matos em Cabedelo, considerando a ausência da escolarização e o seu impacto na vida social e econômica. E como objetivos Específicos: Identificar o processo de escolarização; compreender o impacto da ausência da escolarização na vida social e econômica; e refletir a importância da escola para autonomia dos sujeitos

## **JUSTIFICATIVA**

A justificativa para a pesquisa está relacionada a angústia de conviver com pescadores que, guiados pelas estrelas ou pelo vento e em condições adversas, adentram no mar aberto para buscar o sustento de suas famílias, mas são dependentes de amigos ou familiares para variadas atividades de seu cotidiano.

Minha convivência com os pescadores, hoje não mais diária, já dura mais de três décadas e iniciou-se no ano de 1985, quando tinha vinte e um anos e fiquei desempregada. Na época, juntamente com um amigo, resolvi fazer uma palhoça a beira mar, para vender bebidas e petiscos, na Praia de Ponta de Matos, próximo de onde residia. Aos poucos a palha foi sendo substituída por tijolos, o bar cresceu e ganhou clientela. Lá trabalhávamos: eu, minhas irmãs e meu amigo, que posteriormente, se tornou pai de meus dois filhos e já conhecia os pescadores.

Os pescadores logo se tornaram nossos amigos e sempre que chegavam do mar e faziam uma boa pescaria, levavam suas famílias para o bar. E quando um barco ou outro deixava de ir para o mar, eles vinham para o bar à tarde, quando o movimento estava se findando. Sentavam para conversar e contar suas histórias que se estendiam até quando o sol descia e se escondia no mar. Muitas vezes traziam peixes e pediam para fazer escabeche e comíamos todos juntos.

Nestes momentos, o mestre Quincas, depois de exagerar na bebida, contava sempre a mesma história. Dizia que durante uma pescaria, fise um grande dourado e quando o danado do peixe já estava na altura da borda do barco, deu um grande salto e mergulhou de volta para o mar. Então narrava: *“Eu não contei história! Flechei no mar atrás do peixe e trouxe ele de volta colado no corpo, enquanto nadava só com um braço”*. Todos riamos e ele sempre jurava que era verdade.

Nestes momentos de descontração, um ou outro pescador exagerava na bebida e se embriagava. Então, pedíamos que um deles, o levasse para casa ou desse o recado para que a esposa viesse buscá-lo. Neste cenário lindo, com dias chuvosos ou ensolarados e com as ondas dançando a minha frente passei treze anos, tive um filho, estudei para o concurso de Regente de ensino da prefeitura que não exigia, nem mesmo o magistério e fui aprovada.

Ainda aguardando ser chamada pela prefeitura, voltei para o mercado de trabalho formal e fui trabalhar com o dono do terreno onde funcionava o bar, na Marina Porto Seguro. Lá, além da marina, funcionava uma fábrica de gelo, onde os pescadores compravam o gelo para abastecer os barcos e ir para o mar. Após um ano na empresa, fui convocada para assumir na prefeitura e fiquei também, trabalhando no horário de 19:00 às 22:00h, no Centro de formação Profissionalizante, pois não queria sair da empresa já que tinha um salário razoável.

Assim, trabalhava no horário comercial na empresa e a noite na prefeitura, onde funcionava um núcleo do PROJETO LOGOS II, do governo do Estado, que habilitava para o Magistério. Aproveitei, cursei e conclui.

A empresa expandiu as atividades e passou a trabalhar com a distribuição de laticínios e exportação de camarão e lagosta e os pescadores passaram a fornecer parte da lagosta exportada. Como tinha o técnico em contabilidade, trabalhei no setor fiscal, contábil e pessoal, onde estava sempre em contato com os pescadores, já que independentemente do setor que ocupava, era sempre a responsável pelos pagamentos. Assim, o contato com eles foi mantido por mais onze anos.

Com a queda do dólar a partir de 2004, a empresa deixou de exportar, fechou as portas e loteou parte de seus terrenos. Consegui negociar minha rescisão com os proprietários, pagando a diferença e ficando com um lote, onde construí minha casa e resido a treze anos. Na rua em que moro, excluindo-se os lotes vendidos pelo dono da empresa, alguns prédios e casas que foram compradas dos pescadores por veranistas, a maioria dos moradores são pescadores ou descendentes deles.

Assim, a vivência com os pescadores favoreceu uma relação de respeito e admiração por seus saberes transmitidos através da tradição e da cultura oral de familiares e amigos ou da observação. Tais saberes, permitem que naveguem com segurança na imensidão do mar e tire dele o seu sustento, mas também, navegue nas velas escuras do analfabetismo que os torna dependentes de outras pessoa e trazem variadas dificuldades que os impede de pagar ou sacar dinheiro no caixa eletrônico, ler uma mensagem escrita ou uma prescrição médica, agendar um número de um amigo no celular, pegar um ônibus, ajudar os filhos nas tarefas escolares, dirigir e etc. Tarefas simples do cotidiano de milhões de brasileiros, significam para eles um atestado de dependência do outro, de falta de autonomia, geradas pela falta de escolarização.

Suas dificuldades não se limitam à vida doméstica e ao constrangimento que sentem em ter que “melar o dedo”, atingem também o campo profissional. Eles não conseguem trabalhar em barcos maiores, onde é necessário utilizar o GPS, fazer anotações e acabam perdendo a vaga para pescadores alfabetizados que conseguem trabalhar com as novas tecnologias, vindos de outros municípios.

A invasão tecnológica também tem um grande impacto na vida destes pescadores, que os fazem enfrentar dificuldades em suas rotinas diárias, tendo em vista que a tecnologia está presente nas ruas, nas praças, nas casas e no trabalho, obrigando que todos decifrem seus códigos, se ajuste a eles, que sejam leitores. Que sejam rápidos. Que tomem suas resoluções em um simples click, através da escolha de palavras ou nas opções propostas. Bastando para tanto, interpretar o código linguístico.

Neste sentido, estar na condição de analfabeto é está à margem da sociedade, que já utiliza a tecnologia em todos os setores de trabalho, excluindo assim, quem a ela, não se adapta. Assim, estes pescadores continuam excluídos pela falta de oportunidades que tiveram para permanecer na escola, pela falta de políticas públicas que atendessem suas especificidades, enquanto crianças e adolescentes trabalhadores, que não conseguiram dividir o seu tempo entre a escola e o trabalho, e tiveram que optar pela sobrevivência no seu tempo e espaço de pobreza e fazer duras opções. Até mesmo, para aqueles que

visualizavam a escola como um local para se conquistar uma vida digna, com mais possibilidades de trabalho e menos carências. Uma vida autônoma.

A motivação para a pesquisa foi gerada pela inquietação de perceber que os pescadores constroem seus barcos e suas jangadas e nelas atravessam oceanos; entretanto, não conseguem vencer as barreiras impostas por uma sociedade capitalista e excludente que limita seus cidadãos e retalha suas vidas de sonhos, em trabalho e falta de oportunidades.

Oportunidade de poder frequentar a escola com um calendário específico, no tempo que eles têm disponível, que é o período do Seguro-defeso<sup>2</sup>, quando paralisam suas atividades e permanecem em terra. Este é o seu tempo. O tempo que eles têm para concretizar o sonho de aprender a ler, o tempo que têm para se tornarem autônomos e poder navegar também, nas velas da imaginação e do letramento.

O trabalho está organizado em três capítulos. Após as considerações iniciais, onde farei uma explanação das razões de ter escolhido a temática do trabalho e o percurso metodológico, segue-se: o capítulo I, onde mostrarei o cenário em que foram traçadas as perspectivas políticas e as concepções educacionais que permearam a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil, referenciadas por Ventura, Freire, Furtado, Arroyo, entre outros. No capítulo II, está descrita a caracterização do campo de pesquisa e na sequência o capítulo III, onde será abordado a importância da escolarização e as considerações finais.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O percurso metodológico do trabalho teve como primeiro momento a escolha do tema e o local onde ele seria pesquisado. Na sequência foi realizada pesquisas bibliográficas sobre a temática da educação de Jovens e adultos e seus fundamentos históricos, a fim de se conhecer as percepções dos teóricos sobre o universo do tema a ser apresentado as conjecturas políticas da época em que a maioria dos pescadores passaram pela escola. Para tanto, houve uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e trabalhos de conclusão de cursos, físicos e online, nas bases do Google Acadêmico, buscando os temas

---

<sup>2</sup> Seguro-defeso é uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de defeso, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie.

de fundamentos da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, pedagogia da autonomia, do oprimido, da teoria crítica e ingênua e Educação popular, como prática emancipadora. Considerando a ideia de Prestes (2012, p.30):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado. Para efetuar esse tipo de pesquisa, deve-se fazer um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhados por outros estudiosos, assimilando-se os conceitos e explorando-se os aspectos já publicados, tornando-se relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, videotecas, na internet entre outras.

Após a pesquisa bibliográfica seguimos o roteiro do trabalho de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como função principal interpretar o fenômeno que observa. Tem como vantagens deixar que os pesquisadores pensem livremente sobre determinado tema que está sendo abordado, deixando-os se expressar livremente. De acordo com Menga (apud MARCONI E LAKATOS, 2011, p. 271) o estudo qualitativo “é o que se desenvolve numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Para a coleta de dados foi escolhido a entrevista semiestruturada e a observação.

Segundo Marconi e Lakatos (2015, p.76):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia.

No segundo momento foi realizada a pesquisa para descobrir sobre que pilares foram alicerçadas a cidade de Cabedelo e a Praia de Ponta de Matos, campo da pesquisa, onde se desenrola a vida dos pescadores pesquisados, para assim, melhor entender a realidade educacional dos mesmos e como ocorrem as relações entre trabalho e a vida, buscando descobrir suas percepções sobre a escola e a educação, tanto nos dias passados, quando estiveram em sala de aula e também nos atuais.

No primeiro dia, fui até a praia conversar com os pescadores, onde ficou firmado suas participações na pesquisa.

Na semana seguinte, discuti com a orientadora que perspectivas seriam abordada na pesquisa. Após a escolha, elaboramos o roteiro de entrevista que serviria de base para a coleta de dados.

Conforme as visitas, os pescadores forneceram informações que estavam para além do que fora elaborado no roteiro de entrevista que ampliaram e enriqueceram a pesquisa e consequentemente o acréscimo de bibliografias a ser consultadas. A observação e anotações posteriores, possibilitaram maior acervo de informações para o trabalho. Pois, de acordo com Barros e Lehfeld (2007, p.74):

Observar é aplicar atentamente os sentidos a um objeto para ele adquirir um conhecimento claro e preciso. É um procedimento investigativo de suma importância na ciência, pois é por meio dele que se inicia todo o estudo dos problemas. Portanto, a observação deve ser exata, completa, sucessiva e metódica.

Neste interim, a professora ofereceu total suporte, tanto durante os encontros como indicando obras e teóricos que pudesse fundamentar a presente pesquisa. Após a complementação da coleta de dados dos teóricos, iniciou-se a escrita e a coleta de arquivos históricos sobre a cidade, a praia de Ponta de Matos e de fotos para apresentar o contexto da pesquisa.

Para a pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com 17 (dezessete) sujeitos, todos homens. A escolha por este instrumento, se deu pela facilidade de se obter as informações desejadas, já que “permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade”.

(ALVES-MAZZOTTI apud MARCONI E LAKATOS, 2011).

Após a coleta de todo o material foi realizada a análise e a organização dos dados, para assim facilitar a escrita do texto.

## **1 MARCO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL: PERSPECTIVAS POLÍTICAS E CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS**

A Meta 9 do Plano nacional de Educação - PNE vem preconizar o desejo de erradicar ou reduzir o analfabetismo absoluto em 50%, elevando sua taxa de alfabetização. Porém, as perspectivas em que a Educação de Jovens e Adultos se constitui e transcorre no Brasil, parecem resistir ao tempo, conservando e reproduzindo antigos vícios.

A Educação destinada aos Jovens e Adultos trabalhadores, no Brasil, começou a ser pensada no início de 1930, não como uma responsabilidade social e objetivando a formação humana para a vida plena em sociedade de seus cidadãos, mas sim, como forma de preparar a população analfabeta, que chegava a 70% da população, para atender os novos setores da economia, tais como: as áreas comerciais, as novas agriculturas e especialmente, a expansão industrial desenvolvida nas áreas urbanas, promovida pela quebra da elite dos produtores de café da área rural.

A década de 1930 caracterizou-se, no Brasil, pela perda da hegemonia pelos latifundiários cafeicultores e pela emergência da burguesia industrial brasileira. A estruturação do Brasil urbano-industrial e o projeto liberal industrializante, sobrepondo-se às elites rurais, desenharam, de forma gradual, uma nova configuração da acumulação capitalista no País, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia. (VENTURA, 2002, p. 2)

Logo, além da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil ser idealizada, naquele momento, para atender a demanda dos novos setores econômicos que emergiam na sociedade, ela foi dual, pois foi pensada também, para preparar os indivíduos para o voto. Ou seja, ela teve o objetivo funcional e eleitoral, sendo ainda arbitrária por ter sido destinada, especialmente, as áreas da população que poderia fazer parte da força de trabalho para o desenvolvimento econômico nacional, que precisava, naquele momento, de mão de obra qualificada para as novas demandas profissionais que emergiam no contexto nacional.

Outros fatores preponderantes para que o Estado brasileiro desse início à alfabetização da grande massa de analfabetos no território nacional, ocorreram no sentido



de atender as exigências internacionais no tocante ao investimento do capital estrangeiro, e, também para acolher a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu art. 26º apontavam a educação como direito da pessoa, gratuito e obrigatório.

Assim, diante da obrigação do governo brasileiro, pleiteada por leis nacionais e internacionais, a erradicação do analfabetismo é pensada não para superar as desigualdades educacionais e econômicas no país, mas sim, e especialmente, pela necessidade de alavancar o desenvolvimento econômico, situação que se perpetua, como ressalta Furtado (2015, p. 139140):

Percebemos que o direito não só convive com a sua abstração, como também com a própria formulação de um embate para que os alunos desfrutem do que lhes é de direitos: “Educação, direitos de todos”. Então, discutir sobre os jovens da EJA sobre o seu direito a educação nos faz refletir que a sociedade só os reconhece se estiverem atrelados à produtividade de nosso país.

Se pode observar que não houve, aquele momento, uma preocupação do Estado brasileiro com uma educação voltada para a formação ampla e humana de seus cidadãos. A EJA, destinada a classe trabalhadora, foi permeada por confrontos e conflitos entre concepções e ideologias políticas, marcada por campanhas de alfabetização imediatistas, caracterizadas pela descontinuidade, descentralização de verbas e o descompromisso do Ministério da Educação e Cultura - MEC, em assumir o seu gerenciamento.

De tal modo, O MEC, responsável pela educação regular, transfere a supervisão da EJA, para o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que direciona o seu ensino as iniciativas privadas – que necessitava da mão de obra qualificada – como também a órgãos não governamentais como a igreja e iniciativas de grupos populares. Através das parcerias, o MEC se isentou, e ainda vem se isentando, de forma direta da responsabilidade com a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Portanto, para o sistema educacional brasileiro, a EJA vem representar uma dívida social, pois caminhou, ao longo dos anos, em paralelo com a Educação Regular, sendo idealizada partir de 1930 até meados de 2000 para atender as demandas do capital e interesses hegemônicos da elite brasileira.

Vale salientar, que apesar da criação de políticas públicas para a EJA, seu ensino continua sem recursos próprios, contribuindo para a subcidadania de seus sujeitos.

Nos andares de baixo, os conhecimentos são elementares. É onde chegam (e nem todos) pobres, negros. Camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores empobrecidos. É a parte que lhes no latifúndio do conhecimento. Uma história que vem de longe e que se confunde com a história dos milhares de adolescentes, jovens e adultos negados até no direito a esses conhecimentos elementaríssimos, mínimos. (ARROYO, 2017, p. 126)

Desse modo, o conhecimento elementar e direcionado as camadas empobrecidas, reproduz e conserva as marcas de uma inclusão-excludente que, durante décadas, vem sendo baseada na formação destinada a perpetuação da divisão de classes que, segundo Arroyo (2017, p. 129): [...] não são anormais nem acidentais, são conformantes de nossa formação, do padrão de inclusão-excludente, de cidadania condicionada, regulada, da dicotomia entre cidadania e subcidadania. [...] que fazem parte dos processos de controle, de regulação social, política e cultural. Reproduzem as relações de classe.

Logo, o direito a educação destinado aos jovens e adultos trabalhadores, no Brasil, continua hierarquizado e endereçado a estes, provocando desigualdade social e marcas de exclusão que se perpetua e envergonham o país no cenário mundial, apesar de suas leis e diretrizes nacionais apresentarem princípios contrários.

## **1.1 As marcas da exclusão**

O Brasil é um país historicamente excludente em se tratando de respeitar os direitos daqueles que estão à margem da sociedade. Há décadas, os brasileiros pertencentes as camadas sociais destituídas de posses, vêm sendo também, excluídos do direito de usufruir dos bens econômicos produzidos pelo próprio trabalho e, especialmente, do direito à educação, que possibilitaria o acesso aos demais direitos.

A sonegação ao direito a uma educação plena, aos jovens e adultos no Brasil, vem se perpetuando ao longo das décadas, produzindo marcas de exclusão que resistem ao tempo, fazendo que, em pleno século XXI, uma parcela da população, permaneçam analfabetos ou com alfabetização rudimentar e vivendo em condições de vulnerabilidade social, como vem destacar Arroyo (2017, p.127), “Por décadas republicanas e democráticas, essa relação entre ensino elementar e subcidadania se manteve”.

Fazem parte desta triste estatística pobres, negros, índios e brancos que, excluídos do direito à moradia digna, vivem nas periferias das grandes cidades, no campo, em áreas

ribeirinhas ou em comunidades sem estruturas, onde se amontoam em barracos de madeiras que não oferecem estrutura para moradia.

Estes jovens e adultos analfabetos ou com baixo nível de escolaridade, que não puderam permanecer na escola, ou que nela nunca adentraram, trabalham em subempregos, em condições formais e informais, recebendo salários que não permite uma vida digna a ele ou a seus familiares, formando assim, um círculo de reprodução social, onde a exclusão aos direitos se perpetua.

Geralmente, trabalham em atividades que exigem esforço físico e, muitas vezes em condições, sub-humanas, desenvolvendo trabalhos precarizado nos grandes lixões, nas carvoarias, na extração de minérios, na coleta de recicláveis, em cooperativas de reciclagem, na coleta de lixo, na limpeza das ruas, de vendedores ambulantes, de auxiliares de limpeza, ajudantes de pedreiros, pedreiros, e na pesca, igualmente aos pescadores desta pesquisa.

Neste sentido, Schwartz (2012, p. 29), vem enfatizar que os principais aspectos do contexto da alfabetização de jovens e adultos no Brasil é caracterizado por baixa escolaridade dos pais; desigualdade social determinada pela cor, renda, pelo trabalho e pela educação; crise do desemprego reforçando a necessidade de qualificação; baixa qualidade de vida; incompetência para assegurar a permanência do aluno na escola e para mediar a construção do conhecimento da leitura e da escrita; altos índice de sujeitos com deficiências na leitura e escrita, mesmo já tendo concluído o fundamental I; atraso escolar idade/ano nas crianças que pertencem as famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo; alto índice de evasão dos alunos; grande número de analfabetos funcionais.

Estes jovens e adultos deixam a escola e, na falta de opções, passam a sobreviver de subempregos, que não oportunizam condições aos bens sociais. Outros partem para o mundo do crime, pois veem na criminalidade a opção de ter acesso aos bens materiais, negados a sua condição de excluídos, passando todos a pertencer, a excluídos da sociedade, e por isso vulnerais a um sistema excludente que deixa de investir na escola e passa a investir em presídios, como é amplamente divulgado nas reportagens televisivas que já apontam para uma superpopulação presidiária, solicitando a ampliação do sistema prisional.

Assim, a violência a que estão expostos, não somente simbólica, mas também física, contribui para uma crescente sensação de impotência, naturalização da violência e a banalização da vida que, internalizada, contribui para uma “aceitação” aos modos

operantes das classes dominantes, e, a acomodação a condição de excluídos, tendo em vista que:

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. (FREIRE, 2014, p. 198)

Essa “manipulação”, ocasionada pela falta de comprometimento e investimentos na educação funciona como uma bola de neve que ao ser rolada, cresce e se multiplica facilmente, contribuindo para a falta de segurança e aumento da violência e criminalidade produzida pelas condições excludentes a que são submetidos os educandos que almejam sair da situação de extrema pobreza através do acesso e permanência à escola.

Assim, no caminho da escola e embora em diferentes direções, se cruzam os violentados e os violentadores, todos filhos de um mesmo sistema, caminhando a largos passos para uma nova barbárie humana, imposta e “quase naturalizada” por um Estado, corrompido e corruptor que condiciona jovens e adultos a ficarem fora do mercado formal e passar a trabalhar na informalidade e viver do trabalho precarizado que não lhes garante os direitos básicos, preconizados na Constituição Federal em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, que proporcionariam uma vida digna.

Portanto, o descaso com a Educação dos Jovens e Adultos produzem analfabetos que destituídos dos direitos básicos e fundamentais, não são absorvidos no mercado formal e saem em busca de trabalhos, muitas vezes, de riscos e acabam desempenhando atividades que só lhes garante a subsistência, igualmente aos pescadores, sujeitos desta pesquisa, que só foram para a escola, tardiamente, quando já faziam parte da força de trabalho familiar. E, na labuta diária entre o trabalho e a escola, escolheram o trabalho. Não porque não gostassem da escola, ou nela não se adaptassem, mas porque seus corpos de crianças e adolescentes não estavam preparados para suportar a dupla carga de responsabilidades ou a carga das humilhações provocadas pelas constantes repetições provocadas pela dupla jornada.

Assim, após a insistência de anos na escola, sem que conseguissem ser alfabetizados, foram lançados no mar do trabalho, onde o ritmo constante das ondas não os

deixam parar para ter acesso à educação e, igualmente a seus pais, também analfabetos, naturalizaram a condição de não ter direitos.

Nem todos os grupos sociais, raciais, de gênero foram reconhecidos sujeitos de direitos humanos. Alguns se autodefiniram sujeitos segregando trabalhadores, camponeses mulheres, negros e indígenas como sem direito a ter direitos. Logo sem direito ao conhecimento. O reconhecimento do direito desses grupos sociais à educação e ao reconhecimento participa dessa segregação do seu direito a ter direitos. (ARROYO, 2017, p. 125-126)

Desta forma, os pescadores são expelidos do convívio familiar para ir em busca da subsistência, naturalizando a condição de subcidadãos, que sem bens e valores ficam retidos na subcidadania, passando a exercer um trabalho informal e precarizado, de onde nem sempre conseguem uma remuneração digna para suprir as despesas básicas da família. Mas, ainda assim é preciso navegar na escuridão, pois ninguém lhes pode assegurar o direito a educação. Mas, somente, as condições das marcas da exclusão que os conduzem para a reprodução da sua classe social.

## **1.2 O analfabetismo**

O analfabetismo representa uma triste realidade e está presente em todas as regiões brasileiras. Ele provoca preconceitos e exclusão socioeconômica a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola ou que frequentaram, mas não conseguiram permanecer ou ser alfabetizados.

Neste complexo e vergonhoso panorama, estão a maioria dos jovens e adultos que nascem e vivem em condições de vulnerabilidade social, desprovidos de direitos que são, segundo Furtado (2015, p.9), “[...] homens e mulheres marcados por experiências de infância, pois não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar. [...] Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações-limite nos quais o tempo da infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias”

Dentre os adultos e adolescentes que não tiveram a oportunidade de frequentarem a escola ou os que dela precisaram se afastar, uma parcela destes, procuram espontaneamente a Educação de Jovens e Adultos – EJA, como forma de iniciar ou dar continuidade aos

estudos, na esperança de conseguirem melhores opções de trabalho, ou até mesmo para tentar sair do mercado informal e adentrar o formal que está cada vez mais exigente, tendo em vista as inovações tecnológicas que já não admitem empregados analfabetos e sim, empregados cada vez mais qualificados, com maiores níveis de escolaridades e atentos as inovações tecnológicas.

Mesmo para as ocupações que não necessitam do intelecto e sim da força, os ambientes de trabalho estão cada vez mais aparelhados com as inovações tecnológicas, exigindo qualificação profissional e a condição de alfabetizado para o desempenho das funções e até para a autonomia do sujeito em seu cotidiano. Estar fora dessa realidade é uma das condições para se estar fora do mercado do trabalho formal e consequentemente do direito a uma vida digna.

Behrens (2000, p. 02) destaca que, “O clima de revolução científica, epistemológica, cultural e tecnológica, gerado pelo esgotamento do velho paradigma, tem como ênfase a profunda contradição entre o imenso avanço da tecnologia e o trágico destino da maior parte da humanidade”.

Logo, novos desafios dificultam o acesso destes jovens e adultos ao trabalho, provocando-os a voltar a escola. Conforme pesquisa e reportagem do telejornal “Bom dia Brasil” exibido no dia 31/05/2017, um novo desafio se incorpora ao acesso e a permanência na escola, tanto para os estudantes do período diurno, como para os que fazem parte do período noturno, no ensino regular ou na modalidade EJA. Estes, já cansados de sua jornada diária, se deparam com a violência cada vez mais crescente, no percurso, no entorno e até dentro da escola.

A reportagem mostrou que a violência tem sido a principal causa da evasão escolar no horário noturno em todos os estados brasileiros, trazendo um gráfico que exhibe a região nordeste, ocupando o primeiro lugar nos casos de violência comprovadas aos estudantes, no qual muitos são assaltados e até mortos dentro ou no percurso da escola. Espaço que buscam como alternativa para mudança na condição social, excludente, a que estão submetidos por governantes que não visualizam a educação como direito de todos e diminuem sobre as mais variadas e injustificáveis alegações, os investimentos nas áreas educacionais, demonstrando descaso com a educação e a falta de interesse para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Inúmeros são os fatores que contribuem para que a antiga e tão atual situação do analfabetismo, permaneça inalterada. Nestes, estão interligados os problemas sociais,

econômicos, políticos e do âmbito escolar que colaboram para a perpetuação de uma impiedosa divisão de classes, como ressalta Furtado, (2015, p. 139) “[...] Existe um “faz de conta” exacerbado em muitas salas de aula, que expressam o embate que demonstra também um “faz de conta” da política nacional”.

Esse “faz de contas” é expressado nas leis e diretrizes nacionais que adormecem no papel, não garantindo aos cidadãos das classes populares o direito de permanecer na escola, local social e específico, para a formação humana.

Lutas vêm sendo travadas por grupos de estudiosos e teóricos ligados a educação para que esses grupos populares tenham direito à educação, ao direito de poder permanecer na escola e ser alfabetizados. Porém, não numa alfabetização ingênua como esclarece Freire (1981), construída por um processo mecânico e desligado do contexto social e de caráter mecanicista que tem como único intuito se conseguir um bom emprego, onde o educando aprende o código escrito, mas não consegue fazer uso dele para enfrentar a sua realidade, por não possui consciência de seus direitos. Mas, num aprendizado contínuo e criador que deve desafiar o educando a perceber o sentido amplo e profundo da linguagem, sendo fundada na sua prática social e ligada a leitura crítica do mundo, onde linguagem e realidade estão entrelaçadas, se configurando como um processo que se perpetua por toda a vida.

Segundo Schwartz (2012, p. 23), o conceito atual de alfabetização não está relacionado somente ao domínio do código escrito, mas sim, a capacidade de utilizar a escrita para expressar pensamentos, defendê-los, compartilhá-los e analisar criticamente o que se ler, decodificando a mensagem do texto, estando ela explícita ou não, além de ofertar condições para que o sujeito adquira a capacidade de fazer a relação do texto, com o contexto em que vive e circula.

Para tal, se faz necessários a descoberta de novas estratégias e práticas pedagógicas, para assim, ajudá-los na apreensão do código linguístico e também na compreensão de que esse código, pode se configurar como uma nova e poderosa arma de luta contra a exclusão social a que estão submetidos, auxiliando-os assim, a uma educação reflexiva e crítica que contribua não somente para exterminar o analfabetismo, mas, especialmente, para a construção da plena cidadania.

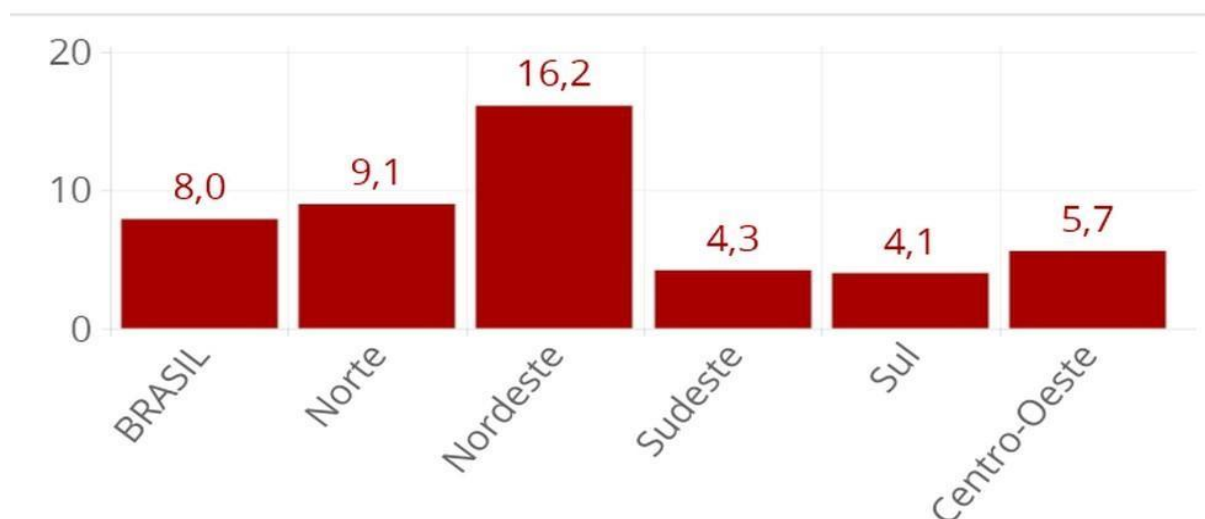
Essa persistente história de negação da cidadania e do conhecimento, ou de justificar a negação da cidadania, porque não escolarizados, tem condicionado a história da educação e da EJA: sua função limitada a garantir uma escolarização elementar pobre em conhecimentos para mantê-los na subcidadania, na condição de sem direitos, ou para avançar

para uma inclusão cidadã marginal, ainda sem direito ao conhecimento. (ARROYO, 2017, p. 130)

A negação do direito a educação e conseqüentemente à cidadania, aos educandos da EJA, se torna fator determinante para que parte de seus cidadãos permaneçam, ainda, em condições de subcidadania, que reproduz e perpetua as divisões de classes, colaborando com os altos índices de analfabetismo no país, conforme demonstrado no gráfico:

## Analfabetismo: taxas regionais

Taxa de analfabetismo por região do Brasil em 2015 (%)



FONTE: Fonte: IBGE/Pnad 2015



Infográfico elaborado em: 24/11/2016

Nos dados apresentados pode-se perceber que o menor número de analfabetos está nas regiões onde se iniciaram e intensificaram a produção industrial no Brasil. Porém, há ainda um agravamento nos dados demonstrados, pois segundo Schwartz (2012, p.27), o Indicador do Alfabetismo Funcional – INAF, definiu que somente “28% dos brasileiros de 15 a 64 anos – são capazes de compreender e interpretar elementos usuais da cultura escrita:



leem textos mais longos e complexos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses”, podendo ser considerados alfabetismo nível plenos, pois conseguem ler e entender textos complexos. As outras parcelas são formadas por: alfabetismo nível básico 47%, que consegue ler e entender textos de média extensão, porém apresenta limitações; alfabetismo nível rudimentar 19% que conseguem ler e entender pequenos textos com informações explícitas.

Segundo (SCHWARTZ, 2012, p. 29), “A população brasileira é de, aproximadamente, cento e noventa milhões de pessoas. 72% desses cidadãos apresenta, algum tipo de analfabetismo funcional”. Logo, o analfabetismo pleno ou funcional, subtrai a autonomia dos cidadãos que fazem parte desta triste estatística e gera dependência em variados aspectos da vida. Uma dependência que humilha, envergonha e entristece, como mostra a história de vida do Guilherme, um dos sujeitos da pesquisa.

Guilherme tem 40 anos e entrou na escola aos 7 anos. Precisou se dividir entre o trabalho e a escola para ajudar a criar os irmãos menores. E, apesar de, entre repetências e expulsões, ter permanecido na escola por dez anos, só chegou ao 3º ano. Falou com orgulho que todos os irmãos terminaram o ensino médio e são embarcados em navios mercantes e que só ele não conseguiu prosseguir nos estudos.

Relatou que ficou muito triste, pois atracou um grande barco de pesquisa na praia que fazia coleta lixo do mar. Logo ele fez amizade com o pessoal do barco e passou a ajudá-los. O chefe gostou dele e o elogiou pela disponibilidade em estar sempre ajudando e também pela facilidade que tinha em aprender. Ele seria contratado e passaria a ganhar três mil reais por mês, mas a função exigia fazer anotações referentes as coletas. Ele não sabe nem mesmo assinar o nome. Perdeu a vaga.

Na época do seguro-defeso é fácil encontrá-lo fazendo redes de vários tipos para pesca. Trabalha por horas num preciso e emaranhado jogo com o nylon, e confessa enquanto trabalha:

Eu conheço as letras, mas quando vou juntar embaralha tudo, dá uma confusão na minha cabeça e não consigo ler e nem escrever nada. Mas queria pelo menos assinar o nome, pois sinto muita vergonha de não saber assinar é ter que melar o dedo, toda vez que pedem para eu assinar. Eu ia pra escola só para bagunçar e sempre era expulso, então fui passado para outras séries sem saber, nem mesmo, assinar o nome. (GUILHERME)

Pode-se perceber que de acordo com o relato do pesquisado acima, há uma dificuldade de aprendizagem não diagnosticada, entendida por alguns profissionais da educação, como falta de interesse. Mas, que pode representar na verdade, um mecanismo de defesa disfarçado na rebeldia para esconder a baixa autoestima.

Diante da narrativa, é possível constatar que mesmo diante das dificuldades de aprendizagem e do trabalho associado à escola, a criança passou para a fase de adolescente e depois para a adulta, sem que desistisse da vontade de estar na escola apesar dos desafios enfrentados. No entanto, não encontrou condições favoráveis para nela permanecer.

Assim, alguns destes, visualizam a permanência na escola como possibilidades para alcançar novos voos, procurando desconsiderar a vergonha e a humilhação sofrida pela reprovação, enquanto outros fingem desvalorizá-la por não conseguirem compreender o código linguístico, como descreveu Pedro: *“Só ia pra a escola pra bagunçar. Meu pai não me levava para pescar no seu barco, porque queria que eu estudasse, mas eu ia pescar nos barcos dos outros pescadores porque queria ter meu dinheiro. Na escola eu não conseguia aprender, mesmo”*.

Pedro tem 49 anos e só entrou na escola aos 11 anos. Confessou: *“fui reprovado muitas vezes e foi empurrado para o segundo ano sem saber de nada. Cheguei a ser colocado de castigo no milho, porque não conseguia fazer as atividades. Então, ficava bagunçando”*. Atualmente trabalha na limpeza das ruas e só pesca quando sobra tempo. Não sabe ler, nem escrever e assina o nome incompleto. Alega não poder estudar porque precisa levar a filha de quinze anos, que cursa o 6º ano na EJA e ficar esperando até ela sair, pois a mesma está dando trabalho para estudar e se envolvendo com pessoas erradas.

Portanto, pensar em investimentos na educação para todos é visualizá-la como direito humano inalienável e condição pela qual, o homem se torna mais humano, construindo assim, uma sociedade mais justa e democrática, com menos violência, desigualdades sociais e injustiças. É buscar exterminar a violência física e simbólica que se espalha e ganha adeptos a cada dia e contribui para a banalização da vida e para a “guerra da violência rural e urbana” que já matam mais que uma guerra e coloca fora da sala de aula, jovens que só desejavam “ser mais” dentro de um sistema intencionalmente excludente que os empurra para a barbárie humana e os coloca na condição de agressores e vítimas, produzidos pelo mesmo sistema. E, no caminho da escola, embora em direções diferentes, se cruzam os violentados e os violentadores, todos filhos de um mesmo sistema, caminhando a largos passos para uma nova barbárie humana, “quase naturalizada” por um

Estado, também, corrompido e corruptor que nega aos seus cidadãos não somente o direito a educação, mais também, aos bens culturais e econômicos produzidos por estes.

### 1.3 O direito a educação

A discussão sobre direitos, no mundo, remota a antiguidade. Mas, o que são direitos?

Segundo o Aurélio, “direito” é: “O que pode ser exigido em conformidade com as leis ou a justiça. Faculdade, prerrogativa, poder legítimo. Complexo de leis sociais.

Porém, somente após a segunda grande guerra mundial, quando milhões de pessoas foram dizimadas nos campos de concentração, em virtude da tirania e opressão, o tema do direito ganhou destaque e propiciou a criação de Declarações, tratados, pactos e leis internacionais em defesa dos direitos humanos, visando evitar que novas barbáries voltasse a acontecer.

O mais importante documento elaborado após 1945 foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH. Ela traz como princípios a dignidade, a igualdade, a liberdade e a justiça entre os povos, apresentando como objetivos:

[...] que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (DUDH 1948, p. 1)

Nesta perspectiva, o Brasil, como país signatário, deve promover o direito a educação como um direito humano para assim, possibilitar o desenvolvimento potencial de seus cidadãos para o exercício da cidadania.

Porém, como exercer o direito a educação em um país elitista e historicamente excludente, que não atende de forma igualitária os seus cidadãos? Este é um questionamento discutido por muitos autores da área da educação no Brasil. (FÁVERO, 2000; apud TEIXEIRA, 1957), vem ressaltar: “Educação não é privilégio” e sim direito. Assim, enfatiza a importância da educação como direito humano fundamental, que propicia o desenvolvimento das potencialidades humanas e a condição pela qual o ser humano

adquire condições para desenvolver suas aptidões, criatividade, valores morais, culturais e éticos. Sem as quais, não se pode construir uma sociedade igualitária, democrática e justa, na qual seus cidadãos possam viver com dignidade.

A luta na defesa de uma educação igualitária, que vem sendo travado por teóricos, profissionais liberais e educadores, muito tem contribuído para a elaboração de leis para a área educacional. Assim, a Constituição Federal - CF, as Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDBEN, parecer e resoluções, trazem leis que visam assegurar a igualdade de direitos sociais fundamentais aos cidadãos brasileiros, independentemente de cor, raça, gênero ou credo, atendendo a todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, a falta de políticas públicas para assegurar o direito a educação, tem dificultado o acesso e a permanência de muitos brasileiros nas salas de aulas.

Deste modo, pensar em políticas públicas para a educação no Brasil, a partir da educação como direito humano inalienável, é perceber o cenário de exclusão ao qual crianças, jovens e adultos das classes populares vem sendo submetidos, não somente na falta do direito à educação, mas também aos direitos básicos que os empurra permanentemente para o analfabetismo.

Sem dúvida que um dos olhares sobre esses jovens é vê-los como alunos (as), tomarmos consciência de que estão privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir. Que milhões estão a margem desse direito. Que o analfabetismo e os baixos índices de escolarização da população são um gravíssimo indicador de estarmos longe e da garantia universal do direito à educação para todos. (ARROYO 2011, p. 98)

As reportagens e notícias divulgada no meio televisivo ou nas redes sociais, vem confirmar as dificuldades enfrentadas por estudantes em todas regiões brasileiras para ter acesso ou se manter na escola, muitas com estruturas físicas deficientes e professores desmotivados pelo excesso de trabalho.

Nas comunidades ribeirinhas, as crianças são transportadas até a escola por canoas ou barcos a motor e sem coletes salvavidas. Algumas chegam a sofrer o escalpelamento, onde os cabelos, juntamente com o couro cabeludo, são arrancados e não voltam mais a crescer.

Nas comunidades dominadas pelo tráfico, as crianças são atingidas por balas perdidas dentro ou no percurso da escola. E, nos dias de tiroteios intensos entre policiais e bandidos

ou entre facções criminosas, as escolas são fechadas, deixando as crianças, jovens e adultos sem direito de ir à escola.

No campo, as crianças e adolescentes são transportadas em caminhões, caminhonetes ou carros pequenos e, normalmente mal acomodadas (imprensadas, sentadas em bancos de madeiras e sem segurança), para escolas distantes, muitas vezes com salas multisseriada, que não oferecem estruturas físicas para acolher os educandos, além de que, alguns professores não têm capacitação profissional para exercer a função.

A qualidade do ensino ministrado no meio rural pode ser analisada do ponto de vista da precariedade da oferta: instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício; bem como se considerando o capital sociocultural em jogo, consequência do isolamento e desamparo histórico a que tem sido submetida a população do meio rural, o que é claramente visível pelo alto índice de analfabetismo. (FURTADO, 2008, p.15)

Em regiões onde ocorrem alargamento de riachos provocadas pelas chuvas, os pais atravessam as águas carregando os filhos pequenos nos braços ou, quando são maiores, levam roupas para que eles troquem, quando chegam a outra margem.

Nos grandes centros urbanos, a frequência de assaltos e até o latrocínio contra estudantes em ônibus ou no caminho da escola aumentaram. Os desafios para chegar ou permanecer na escola são diversos, quando se faz parte das classes populares, quando se faz parte de uma camada da população historicamente excluídos. Seja porque são negros, pobres ou vindos de áreas diversas, todos têm dificuldades para ter acesso ao direito, que poderia conduzir a igualdade, como observa Furtado (2015, p. 133) “O direito é, então, uma abstração, e o tratamento de igualdade não considera a diversidade e as desigualdades que historicamente foram construídas em nosso país, o que faz essa “igualdade” não atender às especificidades e às necessidades de todos os cidadãos”

Logo, pode-se perceber que apesar de todo o aparato de leis criadas com o intuito de melhorar e ampliar as modalidades de ensino na educação brasileira, as dificuldades para o acesso à escola se faz presente não somente ao público da educação regular, mas especialmente aos educandos da EJA. E, mesmo que leis específicas tenham sido criadas para assegurar o direito a educação aos jovens e adultos trabalhadores, excluídos do direito de ser alfabetizados, como é o caso dos pescadores participantes desta pesquisa, muitos não são atendidos em sua disponibilidade de tempo e espaço, mesmo manifestando a vontade de

voltar a estudar, o que aponta para uma contradição entre o que preconiza a lei e o que é efetivamente visualizado na prática.

No entanto, a existência de leis que asseguram os direitos a educação é uma conquista histórica e social, apesar de sua efetivação e cumprimento estar ainda muito aquém do desejado, mas, deve-se reconhecer que transformar a cultura de um povo que vem historicamente marcado pela violência e pela arbitrariedade, é uma tarefa que demanda compromisso e tempo, sendo, portanto, um ideal a ser culturalmente construído através da educação.

Portanto, a escola juntamente com a sociedade deve caminhar juntas no compromisso da superação do preconceito e das desigualdades de todas as ordens, empreendendo esforço para educar e reeducar as novas gerações para que, em futuro próximo a nação brasileira possa se apropriar de conceitos de respeito a vida e aos direitos naturais, universais e inalienáveis de toda pessoa humana, independentemente da classe a que cada indivíduo possa pertencer.

#### **1.4 A EJA como direito**

Nos últimos anos, novas leis, concepções educacionais e perspectivas foram criadas para a EJA, assegurando a esta modalidade de ensino o direito obrigatório, gratuito e firmando a obrigação do Estado, da família e da sociedade.

No entanto, o direito a educação permanece, para os educandos da EJA, firmado em parcerias com os sistemas de ensino e as secretarias de educação municipais, estaduais e das instituições federais, sem credenciamento total, apontando para a falta de responsabilidade com esta modalidade de ensino, demonstrando a falta de institucionalização da lei.

Confiar a superação dessa relação política à escola e à permanência com êxito está se tornando ingenuidade político pedagógica. Aprendemos que a relação entre educação-cidadania-igualdade em nossas sociedades é bem mais complexa do que nosso progressismo cívico-pedagógico poderia prever. (ARROYO, 2017, p. 129-130)

Outra negligência do Estado pode ser comprovada no fato de que todos os anos, saem das universidades federais, professores com aprofundamento na EJA, mas não há um direcionamento para que estes profissionais possam ser encaminhados para esta modalidade de ensino. Não existe uma conexão entre as universidades e o Estado no sentido de abrir concurso para que estes educadores possam trazer novas abordagens pedagógicas específicas para este público e possa auxiliá-los neste percurso, evitando o grande número de evasão.

Assim sendo, boa parte dos professores direcionados as salas da EJA, são oriundos da educação regular e em final de carreira que tiveram formação em uma época em que as concepções e perspectivas educacionais apresentavam outras conjecturas. Estes professores apresentam dificuldades de atender e entender as diversidades de idades, visões de mundo, especificidades e conhecimentos já adquiridos destes educandos presentes nas salas de aulas, desta modalidade de ensino e tendem a infantilizar o ensino, desconsiderando as especificidades desta modalidade de ensino, como enfatiza aos profissionais e estudantes do curso de pedagogia, ao trazerem relatos de suas experiências durante os estágios do curso em sala de aula da EJA.

Esse é, possivelmente, um dos principais problemas que se apresentam ao trabalho na EJA. Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção, são muitos. (OLIVEIRA, 2007, P.88)

Logo, mudar a visão dos profissionais nas salas de aula da EJA, representa a possibilidade de manterem estes educandos na escola, onde novos conceitos de alfabetização, novas concepções e percepções possam ser, sentidas e compartilhados em um processo de aprendizagem contínua.

Neste sentido, através das novas diretrizes, a EJA visa reparar uma dívida histórica e social aos indivíduos que foram excluídos do direito de ser educado, provocadas pela perversa distribuição de renda que os obrigaram a sair da sala de aula para adentrar no campo do trabalho precarizado e explorador. Assim, a EJA traz a *Função reparadora* que visa reparar um direito negado a uma escola de qualidade no aspecto de igualdade; a *Função Equalizadora*, que visa dar cobertura a diversidade de sujeitos que precisam

retornar à escola para assim ampliar as oportunidades de trabalho, novas aberturas e contextos de participação; e a *Função Qualificadora*, que segundo a (SECAD, 2013, p. 3-4)), significa:

[...] mais do que uma função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Nesta perspectiva, a Constituição Federal do Brasil Art. 205, estabelece que, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Já o Art. 208, Inciso I, vem estender esse direito para todos que não tiveram a educação na idade certa. A LDBEN 9394/1996, estabelece em seu Art. 5º, § 2º, que "Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais".

Para complementar tem-se ainda: as RESOLUÇÕES/SECAD/MEC: Resolução/FNDE/CD/nº48 de 28 de novembro de 2008 que estabelece orientações e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos de formação continuada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização; a Resolução FNDE/CD nº 51, de 15 de dezembro de 2008, estabelece critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem o fomento à produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA, bem como a à formação de educadores, coordenadores e gestores; e a Resolução/FNDE/CD/ nº 44 de 16 de outubro de 2008 que estabelece critérios e procedimentos para a execução de projetos de fomento à leitura para neoleitores jovens, adultos e idosos, mediante assistência financeira dos Estados, Municípios, Distrito Federal, Instituições Públicas de Ensino Superior e Entidades sem fins lucrativos.

Ainda para dar suporte legal a EJA, se pode destacar: a *Resolução (CNE/CEB nº 01/2000) Art. 6º*, que solicita aos sistemas de ensino a definição de estrutura para a EJA; o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 10.172/2001), que solicita a erradicação do analfabetismo, onde é ressaltada a necessidade de recursos humanos e financeiros. E, os



financiamentos: FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Lei nº 11.947/2009), implantado em 1955 e que garante a transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos matriculados em escolas públicas e filantrópicas; e o Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE (Lei Federal nº 10.880/2004) que transfere automaticamente os recursos financeiros e toda a despesa referente a manutenção da estrutura e do transporte para alunos da área rural.

Como se pode constatar, a política de educação de jovens e adultos tem todo um aparato legal e financeiro e aponta para a possibilidade de uma educação igualitária para todos os indivíduos que não tiveram a oportunidade de permanecer na escola ou nela, nunca adentraram. A institucionalização de leis, já sinalizam uma conquista social.

No entanto, cabe a sociedade civil, as instituições de ensino e aos professores reclamar este direito, e dele se apoderar, pois um país com raízes fincada no império, tende a conservar o lugar do rei e de seus súditos. Assim, sair da condição de subcidadãos perpassa pela construção de uma sociedade baseada na igualdade de direitos, de oportunidades e do direito à justiça que navega, ainda, em águas turvas.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Neste capítulo apresentarei informações sobre a História da cidade de Cabedelo e a política de funcionamento de seus serviços básicos; a Praia Ponta de Matos, campo da pesquisa; os resultados da ação humana na Praia Ponta em 45 anos; e o cotidiano dos pescadores e suas adversidades.

A importância de trazer informações sobre a cidade em que se desenvolveu a pesquisa e não unicamente da Praia de Ponta de Matos, campo da pesquisa, se fundamenta na possibilidade de buscar compreender em que cenário social, econômico e político transcorreram o processo educacional de escolarização dos pescadores pesquisados.

### 2.1 Cabedelo: História e política de funcionamento dos serviços básicos



Fonte: Google Maps

---

Cabedelo foi fundada em 4 de novembro de 1585, em torno de uma Fortaleza construída por portugueses com a finalidade de defender a entrada do estuário do Rio Paraíba e a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, cidade da

qual cabedelo foi Distrito. Com a Lei Estadual 1 631, de 1956, a cidade foi emancipada e desmembrada da capital.

Cabedelo é um município da Região Metropolitana de João Pessoa, no Estado da Paraíba, No Brasil. Tem uma área de 31,42, com medidas singulares: 18 quilômetros de extensão por apenas 3 quilômetros de largura. Cidade portuária, é a maior, mais rica, urbanizada e principal civilização peninsular num raio de centenas e centenas de km. É também a mais rica do Estado em renda per capita, pois possui um produto interno bruto superior a 2,2 bilhões, segundo dados atualizados de 2017. Além de ser um dos maiores produtos internos brutos proporcionais do Nordeste.

As principais atrações turísticas são seus dez quilômetros de praias, a Areia vermelha<sup>3</sup>, o Forte de Santa Catarina e o pôr do sol em Jacaré. No Km 0, em frente ao porto, começa a BR-230 ou Transamazônica, considerada a terceira mais longa rodovia do Brasil com 4 223 km de extensão que liga a cidade ao município de Lábrea, no Amazonas.

O espaço urbano do município de Cabedelo encontra-se dividido pela BR 230. De um lado temos os bairros que são banhados pelo mar: Centro, Ponta de Matos, Santa Catarina, Monte Castelo, Formosa, Camboinha, Areia Dourada, Ponta de Campina, Poço e Intermares, onde grande número de empresários e políticos paraibanos têm luxuosas casas. No outro lado da BR 230, banhado pelo Rio Paraíba, temos os bairros de Camalaú, Jardim Manguinhos, Jardim Brasília, Jardim Camboinha, Jardim América, Portal do Poço, Recanto do Poço, Morada Nova, Jacaré, Salinas, Renascer, Parque Esperança, Amazônia Park e Parque Verde. Deste lado, do rio, excluindo-se a população que moram nos condomínios de alto padrão e nos bairros mais antigos, já calçados, a outra parte da população dos demais bairros sofre com a lama e os alagamentos das ruas na época da chuva, em virtude da falta de estrutura, pois a maioria destes bairros tem as ruas ainda de barro.

Neste caso, os pedestres colocam o sapato e a calça em uma sacola e saem de casa de bermuda e sandálias de dedos, atravessando o lamaçal até chegar a BR, onde pegam o transporte até o trabalho, onde se trocam.

A situação não é diferente em alguns trechos no bairro do Centro, de Ponta de Matos e da BR 230 no Km 1, especialmente nas três ruas asfaltadas, que dão acesso direto a praia. Estes trechos ficam totalmente alagados nos dias de chuva intensas, ao ponto de alguns

---

<sup>3</sup> Banco de terra avermelhada que surge no meio do mar, quando a maré está baixa e que oferece serviço de bar e aluguel de cadeiras e sombrinhas e que só pode ser acessado através de barcos. Local de águas cristalinas.

moradores, tentando ironizar a situação, colocarem caiaques e jangadas nas ruas alagadas, naveguem e depois postarem nas redes sociais. Também é comum na época de chuva motoristas ficarem rodando a procura de uma rua por onde possam passar, em virtude do alto nível da água. Tais fatos, demonstram a falta de atenção e respeito com a população que paga impostos e deveriam ter direito ao saneamento básico. Como se pode perceber, o serviço de infraestrutura deixa muito a desejar e condena os pedestres a andarem nas águas contaminadas por lixo, fezes de animais e ratos, colocando em risco a saúde das classes populares.

A população de Cabedelo foi aumentando ao longo dos anos e em 2016 foi estimada em 66.858 habitantes. No entanto, apesar da população ter aumentado nas últimas décadas, o número de leitos do novo hospital, sem unidade de tratamento intensivo – UTI, é inferior ao que funcionava anos atrás, obrigando que muitas pacientes e parturientes precisem buscar vagas nos hospitais da capital, ora por falta de vagas ou de pediatras para atender os recém-nascidos.

Assim sendo, os serviços básicos de saúde disponibilizados a população cabedelense que não podem pagar planos de saúde, são deficientes e deixam a desejar. Nos Postos de Saúde da Família – PSF, faltam medicamentos básicos e obrigatórios, como remédios para controle da pressão arterial e muitos outros, obrigando que a população carente tenha que comprar a medicação.

Outro problema constante é deficiência no atendimento nos PSF. Em alguns postos falta médico ou dentista. Assim, quando tem dentista, geralmente falta material para executar o serviço ou algum equipamento da sala não funciona.

No município, só podem ser agendadas consultas médicas e exames simples como ultrassom simples, RX, mamografia e exames de rotina como: urina, fezes e sangue, excluindo-se alguns. Se houve necessidade do cabedelense fazer exames complexos, tais como: ressonância, tomografia, cintilografia ou biópsia, estes, não são disponibilizados no município. A requisição é deixada na secretaria de saúde para posterior agendamento, que nem sempre são atendidos. Quando o são, a espera pode levar de três a doze meses para que os exames sejam agendados nas clínicas particulares de João Pessoa.

Assim, mesmo possuindo o Status de ter a terceira renda do Estado da Paraíba, a educação no município passa por variados desafios. A cidade não tem cinema, shoppings, parques ou qualquer outro tipo de atratividade para os jovens, a não ser a as praias. A biblioteca que era frequentado por estudantes e tem sede própria teve as portas fechadas,

após instalação de ar-condicionado e falta de adequação na fiação elétrica para suportar a carga. E somente após cinco anos fechada, está, no momento, sendo transferida para uma nova instalação, alugada.

A cidade tem vinte e oito escolas municipais (incluindo as creches), onze estaduais, sete privadas e o Instituto federal da Paraíba -IFPB. Porém, a maioria das escolas municipais não tem banheiros adaptados aos portadores de necessidades especiais, ou tem número insuficiente para atender o número de alunos sem necessidades especiais, de forma digna. Na maioria delas, também não tem quadra para a prática de esportes e em algumas tem espaços com cimento emburracados onde as crianças brincam no horário do intervalo. Algumas escolas apresentam estruturas que deixam a desejar, necessitando de reformas e ampliação. E, apesar da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer “existir”, e ter um considerável número de funcionários, não há incentivo ao esporte nas escolas e nem mesmo campeonatos entre as escolas, em qualquer modalidade esportiva.

Em algumas unidades escolares, está em funcionamento, no horário noturno, o ensino da EJA, porém o número de evasão é muito grande. Em uma das escolas, os poucos alunos que restaram após as constantes evasão foram direcionados a uma outra escola, também municipal, como complemento de turma.

No entanto, desde 2016 não há contrato de colaboração entre a prefeitura e as instituições de ensino superior, para que estudantes de cursos na área de educação possam estar trazendo contribuições para as salas de aulas. A falta da renovação do contrato de colaboração, obriga que estes estudantes precisem buscar estágios em outros municípios próximos.

A prefeitura é a uma fonte potencial de empregos para a população em idade produtiva que além de empregar pessoas da cidade, emprega também de outros municípios. O maior problema é que o número de funcionários efetivos é inferior ao número de funcionários contratados e de cargos comissionados. Logo, na época de eleição estes funcionários são pressionados a trabalharem na campanha e votarem no candidato indicado como forma de manter os empregos, configurando assim, o voto de cabresto e o abuso de poder com a utilização da máquina pública. Neste sentido, Freire (2013, p. 78) vem destacar: “Não posso proibir que os oprimidos com que trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho de adverti-los do erro que cometem, da contradição em que se emaranham. Votar no político reacionário é ajudar a preservação do *status quo*”

Neste processo de subordinação ou controle dos subordinados, não estão incluídos apenas as pessoas das classes populares e que necessitados, aceitam trocar o voto por

trabalho provisórios, favores ou materiais de desejo, mas também pessoas consideradas cultas e conhecedora dos direitos, que em nome dos altos salários e vantagens, esquecem a ética. Como exemplo, pode ser citado alguns presos afastados na operação xequê-mate, onde estão incluídos professores, advogados e profissionais de diversos setores.

Outras fontes de emprego na cidade são: o porto, o comércio local, as escolas privadas, a construção cível, o turismo, as clínicas, os motéis, as pousadas, os bares, restaurantes e lanchonetes (alguns, trabalho informal), e a pesca. Assim, a população cabedelense é formada por profissionais de diversas áreas que quando não conseguem trabalho na cidade, o buscam nos municípios próximos ou até em outros Estados.

Portanto, a cidade portuária com uma população de 66.858 habitantes, 61 anos de emancipação política e detentora da 3ª maior arrecadação do Estado, caminhou até a última administração, em compasso para o retrocesso, fechando bibliotecas, cinemas, parques, leitos em hospitais, não cumprindo com a efetiva distribuição de medicação obrigatória nos postos de saúde, brigando para não pagar o piso salarial dos professores, deixando as escolas sucateadas e não ofertando opções de esporte e lazer para juventude, além de não distribuir fardamento e material escolar para os alunos do município.

Além de todo esse cenário catastrófico, os vereadores eleitos e que deveriam ser guardião da sociedade e trabalhar em prol da população, fiscalizando e legislando ao seu favor, proíbem muitas vezes, por unanimidade, projetos de altos empreendimentos que gerariam empregos e renda para o município e aprovam leis que vão de encontro as necessidades e anseios da população e outras que trazem prejuízo aos funcionários efetivos, algumas vezes criadas pelo próprio legislativo ou solicitadas pelo executivo.

Tais fatos demonstram a incapacidade dos agentes fiscalizadores e dos gestores na administração do dinheiro público e condena a população carente a conviver com o mau atendimento ou exclusão dos direitos sociais, institucionalizados em lei, o que só contribui para que a divisão de classes na cidade se perpetue.

Logo, a ausência de escolarização corrobora para que a divisão de classes seja reproduzida e perpetuada na cidade, tendo em vista que a falta de investimentos e comprometimentos dos gestores públicos com os direitos básicos dos cidadãos e especialmente com a educação, que se configura como ponte para aquisição aos demais direitos, é amplamente desconsiderada em vários variados aspectos e coloca de um lado o opressor, detentor do poder, e do outro lado o oprimido, destituído destes direitos. Neste sentido, Freire (2014, p. 84), vem afirmar: “Na verdade, o que pretendem os opressores “é

transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem”.

Assim, visualizando o “atual contexto democrático da cidade” é possível perceber os motivos pelos quais os pescadores pesquisados, “estudantes no período da ditadura militar” e enlaçados pelas ideologias dominantes da época, e em parte, ainda conservada nos dias atuais, não conseguiram ser alfabetizados. Nesta perspectiva, Freire (2014, p. 80) esclarece: “É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação”.

Assim, os pescadores não atribuem o fracasso escolar as “normas educativas do município e nem as normas estabelecidas na escola” a época em que lá estiveram e que os limitaram e os impediram de prosseguirem nos estudos, mas sim a condição de pobreza e necessidade de trabalho, não para a conquista de bens, mas para a subsistência humana de sua classe.

Logo, o resultado produzido pela exclusão de direitos aos pescadores durante seu processo escolar, pode ser assim analisado: de um lado temos, o município que não cumpriu com a obrigação de cuidar e alfabetizar suas crianças, e do outro lado, adultos analfabetos que se tornaram dependentes de “favores ora de família e amigos, ora do poder público”.

Na última gestão, presa por crimes contra o patrimônio público, os professores não conseguiram negociar o pagamento do piso nacional com o prefeito ou a Secretaria de Educação. E, mesmo depois de muito embate e determinação judicial favorável aos professores, não acatada e cumprida pelo gestor público, os poucos professores que resistiram a greve legal, tiveram descontos ou pagamentos zerados e foram assim, mediante a necessidade, pressionados e obrigados a voltarem as salas de aulas.

Pelo seu status econômico, a gestão da cidade é muito disputada por políticos, que chega a comprar o mandato para “administrá-la”. Atualmente a cidade está sob investigação do ministério público e da polícia federal que deflagrou em 03/04/2018 a operação Xeque-mate e prendeu, por desvios de verbas públicas, o prefeito e mais dez funcionários públicos, incluindo-se nestes, alguns vereadores presos ou afastados por fazerem parte da articulada teia de corrupção, além de ter pedido o afastamento de dezenas de funcionários públicos efetivos, contratados e de cargos comissionados também, envolvidos no esquema.

O prefeito interino Vitor Hugo, empossado em 04/04/2018, vem divulgando melhorias nas áreas da educação, saúde e infraestrutura, que só poderão ser comprovadas ou refutadas posteriormente.



## 2.2 Praia Ponta de Matos



**Fonte própria: Trecho da Praia de Pontas de Matos –Cabedelo-PB. 2018**

A praia de Ponta de Matos e o Forte de Santa Catarina deram início ao povoamento de Cabedelo. O território era, à época, coberto em grande parte pela mata atlântica, sendo a grande maioria da sua população formada por pescadores artesanais, que moravam em palhoças, entre coqueiros, cajueiros e gameleiras nas ruas de areia.

Dois núcleos populacionais deram início ao povoamento de Cabedelo - um em torno da Fortaleza de Santa Catarina e até a praia da Ribeira e outro nas proximidades da residência do capitão João de Matos Cardoso, por 40 anos comandante da Fortaleza e que deu nome à **praia de Ponta de Matos**. A partir desses dois pontos surgiram as ruas. (PIMENTEL, 2002, p.27, grifo nosso)

O desenvolvimento social e econômico da cidade foi impulsionado com o início das atividades do porto e da construção da via férrea que ligava o povoado a capital e permitia tanto o transporte de pessoas como o escoamento de mercadorias, como mostra a edição 08 de janeiro de 1891:

Entre a estação central e a de Cabedelo há a de jacaré, e bem poucas vezes para o trem, limitando-se a diminuir a marcha, obrigando-se assim, aos que se dirigem a essa localidade, a saltarem, arriscando a vida. Logo que



chega a locomotiva ao Cabedelo começa a máquina a fazer manobra nos desvios, sem ter vista que os passageiros estão atravessando em direção ao caminho da **Ponta de Mato**. (PIMENTEL, 2002, p.27, grifo nosso)

Após a publicação, o governador do Estado Venâncio Neiva fez uma viagem incógnito no trem, em 05/04/1891, e, após constatar o fato, reclamou a direção da ferrovia que garantiu que o caso não voltaria a acontecer. Através da via férrea o povoado cresceu, ficou conhecido, ganhou novos moradores e a praia de Ponta de Matos conquistou os primeiros veranistas que compraram terrenos e construíram casas.

Hoje, o bairro foi redimensionado e ganhou uma área maior, onde moram pessoas que exercem variadas atividades. Porém na localidade onde a pesquisa foi realizada, ainda há a predominância de pescadores e de seus familiares. A cidade de Cabedelo foi imortalizada no poema de Mário de Andrade, “Coco do Rio Grande do Norte”:

- Na barra de Cabedelo,
- Oh, Zina!
  
- Pelejei, num pude entra.
- Oh, Zina!
  
- Butei marica no Leme
- Oh, Zica
  
- Fui p´a proa manobra.

Outro poeta a imortalizar e enaltecer as belezas da Praia de Ponta de Matos foi o poeta Américo Falcão:

Ponta de Matos, praia tão linda,  
 Sublime guarda do litoral,  
 Forte reinado de glória infinda  
 Cheia de sombras do coqueiral.

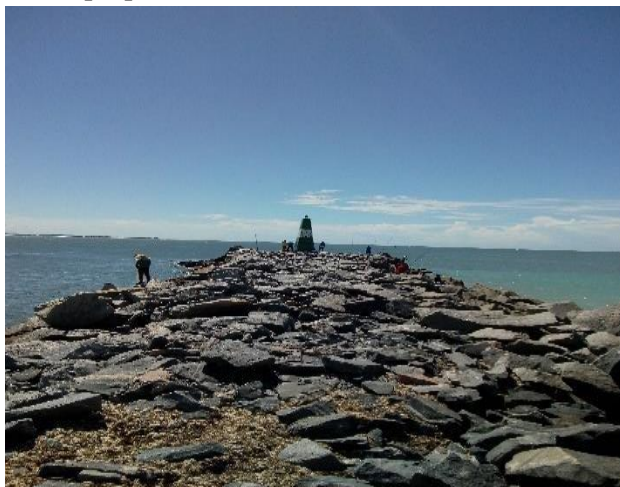
### 2.3. Resultado da ação humana na Praia Ponta de Matos em 45 anos



**Fonte Friescal:** Trecho da Praia de Ponta de Matos – anos 1970 e 1990



**Fonte própria:** Trecho da Praia de Ponta de Matos nos anos de 2018 (Área usada após recuo do mar)



**Fonte Própria:** Encontro do Rio Paraíba com o mar no Quebra-Mar e assoreamento do Rio Paraíba, 2018

Ao longo dos últimos 50 anos a linha do mar, margens, da Praia Ponta de Matos vem sofrendo constantes alterações decorrentes da ação humana, que provocaram avanços em uns trechos e recuos em outros, provenientes não somente pela construções de empresas como o moinho Dias Branco, mas também de edifícios, bares, restaurantes e empresas, e especialmente, pela introdução dos gabiões<sup>4</sup>, em uma longa faixa de areia a beira mar, com o intuito de conter o avanço do mar.

Tais alterações trouxeram ambiguidades, pois de um lado favoreceram o aumento populacional e a geração de renda na área em que o mar recuou, possibilitando o desenvolvimento econômico e populacional, mas por outro lado provocou a poluição ao mar, causados pelos detritos produzidos pelos usuários de tais empreendimentos que contaminam as águas do mar. Outro problema causado por estas ocupações é o assoreamento<sup>5</sup> do Rio Paraíba, no quebra mar<sup>6</sup>, local em que ocorre o encontro das águas desse rio com o mar, onde nas marés baixa já é possível ver uma faixa de terra se formando, como mostra a foto, e que futuramente poderá trazer problemas ao porto, no tocante ao recebimento de navios de grande calado<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Estrutura flexível armada, drenante de grande durabilidade e resistência. Os gabiões são feitos com malha de fios de aço galvanizado, em dupla torção, amarradas nas extremidades e vértices por fios de diâmetro maior e preenchidos com pedras. São principalmente utilizados na estabilização de taludes, obras hidráulicas e viárias.

<sup>5</sup> Acúmulo de sedimentos pelo depósito de terra, areia, argila, detritos etc., na calha de um rio, na sua foz, em uma baía, um lago etc., consequência direta de enchentes pluviais, freq. devido ao mau uso do solo e da degradação da bacia hidrográfica, causada por desmatamentos, monoculturas, garimpos predatórios, construções etc.

<sup>6</sup> Muralha ou outra estrutura, construída ou natural, à entrada de baía ou porto, destinada a oferecer resistência ao embate das ondas ou à força das correntes; corta-mar, molhe, talha-mar.

<sup>7</sup> Designação dada à profundidade a que se encontra o ponto mais baixo da de uma , em relação à linha d'água (superfície da água). O calado mede-se verticalmente a partir de um ponto na superfície externa da quilha e a superfície da água.



## 2.4 O cotidiano dos pescadores e suas adversidades



**Fonte própria:** Colônia de Pescadores e barcos no mar – Praia de Pontas de Matos – 2018

O trabalho no mar está regido por normas e leis estabelecidas pela Capitania dos Portos aos tripulantes e embarcações de pequeno ou grande porte. Logo, todas as embarcações são obrigadas a ter um nome e a identificação a qual Estado e município pertencem. Assim, os barcos de pesca de peixe e de lagosta da Praia de Ponta de Matos são cadastrados na Capitania dos Portos da Paraíba e na Colônia de pescadores Z2 do município de Cabedelo, de onde recebem os dados que são, obrigatoriamente, pintados em seu casco e ajudam a identificar a sua origem. Tais dados servem para controle burocráticos e fiscalizadores, como exemplificado nas fotos.

Sair para o mar tem todo um ritual. Primeiro é realizada a compra de todos os produtos necessários a viagem. Depois estes produtos são levados para a beira da praia e embarcados pelo catraeiro<sup>8</sup> que transporta, da parte rasa até a parte funda, onde o barco fica ancorado<sup>9</sup> tanto os produtos, como também os pescadores e demais materiais básicos e necessários a sobrevivência dos mesmos, durante os dias em que permanecem no mar. Tais como: o “rancho” que é composto por gênero alimentícios básicos; água para beber e cozinhar; gelo para conservação do peixe fresco; gás para cozer os alimentos; galões de

<sup>8</sup> Aquele que tripula uma catraia; barqueiro. Nas praias onde a pesca é desenvolvida o catraeiro tem a função de transportar mercadorias e pescadores da parte rasa até onde ficam ancorados os barcos, quando vão ou voltam do mar.

<sup>9</sup> Preso por âncoras a areia do mar. O porto que deixa o barco ancorado e seguro, é o mesmo que com suas amarras priva-o de desfrutar da liberdade dos mares.

combustível para o funcionamento do barco e lampiões para iluminar a escuridão do mar nas noites em que a lua se esconde.

Assim, partem com incertezas, porém, cheios de esperanças de fazer uma boa pesca, como narra a Canção “Suíte do Pescador”:

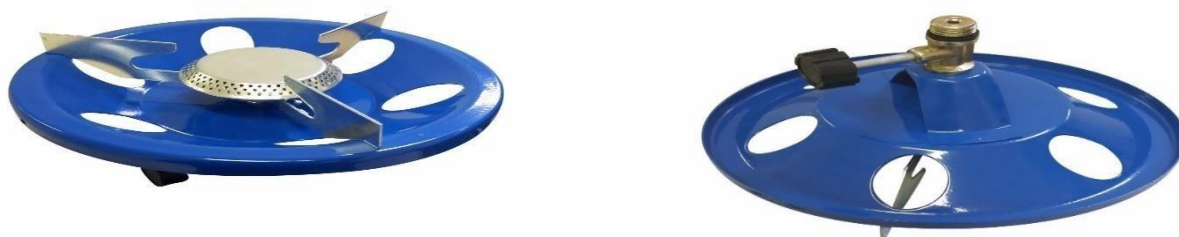
Minha jangada vai sair pro mar  
Vou trabalhar, meu bem querer  
Se Deus quiser quando eu voltar do mar  
Um peixe bom eu vou trazer

Meus companheiros também vão voltar  
E a Deus do céu vamos agradecer

Adeus, adeus  
Pescador não esqueça de mim  
Vou rezar pra ter bom tempo, meu nêgo  
Pra não ter tempo ruim  
Vou fazer sua caminha macia  
Perfumada com alecrim (Caymmi, 1941).

Nos barcos não há nenhum conforto. Não tem quartos, cozinha, banheiros mesas ou cadeiras para sentar. Na parte externa da popa fica a cabine e na interna o motor e os beliches, geralmente quatro. Quando o mar está “manso” podem dormir no convés, tendo como teto o céu estrelado, quando o mar está agitado e balança o barco igual a uma rede, podendo jogá-los na água, dormem nos beliches. Os colchões dos beliches geralmente não têm capas e exibem a espuma amarelada e já gasta, onde eles se deitam para descansar, depois de um dia chuvoso ou ensolarado.

No mar, o peixe é o principal alimento. Ele é cozido em um fogão improvisado, colocando-se uma peça circular no próprio bujão, onde se amarra a panela nos dias em que o balanço está intenso, para que ela não vire.



Não existem privacidade, pois os barcos não têm banheiros. Para fazer as necessidades fisiológicas, nos dias em que o mar está calmo, eles se acocoram nas bordas do barco e nos dias em que o mar está agitado, usam um balde como se fosse privada e depois descartar no mar. Não existe sistema de tratamento de resíduos.

Quando o barco aponta no verde da imensidão do mar, o catraeiro já se posiciona para transportar toda a carga de volta à terra. Encerrado o seu trabalho, recebe o peixe do dono do barco que leva para casa ou vende.

Ao retornar do mar o peixe é dividido ainda em cima do barco. Metade do pescado fica para o dono do barco e a outra metade é dividida em partes iguais para todos os pescadores, inclusive o dono, que algumas vezes toma prejuízo, pois muitas vezes, a parte destinada ao barco não cobre as despesas que foram feitas para que o barco fosse para o mar.

Nestes casos, o dono do barco, para voltar ao mar é, algumas vezes, financiado pelo comprador dos peixes ou abastece o barco novamente, comprando fiado aos comerciantes locais. Não é raro acontecer o mesmo com o pescador, quando o resultado da sua pesca não dá para fazer a feira da semana. Porém, quando a pescaria é boa, alguns, compram algo novo para casa ou um mimo para a esposa ou filhos.

O cotidiano do pescador artesanal de peixe apresenta desafios diferentes das demais profissões, pois além do distanciamento da família a que são submetidos, ainda correm o risco de o barco apresentar problemas no motor, deixando os tripulantes à deriva, ou no casco, provocando o afundamento e morte dos tripulantes, como já ocorreu na praia. Outro problema é quando ocorre um acidente no mar ou algum problema de saúde, pois o socorro médico só ocorre quando eles chegam em terra, não impedindo o falecimento, como já aconteceu, do pescador chegar morto.

No entanto, a pesca da lagosta quando realizada de forma predatória oferece maior perigo, pois alguns pescadores, ao invés de utilizar o covo<sup>10</sup>, que é legal, utilizam o compressor que é proibido e traz riscos à vida humana e perigo de extinção a espécie, além de trazer multas, prisão e a caçar da licença do barco para a pesca, ainda assim, alguns pescadores com o intuito de conseguir uma maior recompensa financeira, arriscam a vida.

O tamanho mínimo permitido para a captura da lagosta da espécie 'vermelha' e de pelo menos 13 centímetros de cauda e para a lagosta 'cabo-verde', o tamanho mínimo da cauda é de 11 cm. Na pesca predatória, eles utilizam compressores<sup>11</sup> que ficam em cima do barco, de onde sai as mangueiras que colocam na boca e mergulham até atingir a areia no fundo do mar, onde ficam agrupadas as lagostas, as vezes em altas profundidades. E, sob elas lançam uma rede e as capturam, independentemente do tamanho, as trazem para a terra e as vendem, ameaçando assim sua extinção. Neste tipo de pesca predatória, proibida e perigosa, um defeito no compressor ou qualquer atitude acidental em cima do barco com as mangueiras ou com o pescador no barco, pode levar o pescador, na água, a morte.

E, não somente na praia de Ponta de Matos, mas também em outros municípios litorâneos já houve casos em que pescadores morreram, ou ficaram com deficiências motoras, em decorrência deste tipo de pesca predatória. Segundo Paula (2014), “Os riscos principais são embolia traumática pelo ar, narcose (alteração do estado de consciência devido à intoxicação por determinadas substâncias), intoxicações por monóxido de carbono, perda da consciência e, principalmente, doenças descompressivas, que resultam em paraplegia e podem levar até a óbito. [...] O pior é que muitos desses acidentes ninguém tem conhecimento”, pois os envolvidos temem as penalidades legais.

Na canção “O Mar” Caymmi descreve como ocorrem o processo, quando acontece do barco afundar e da morte dos pescadores, relatando o estado em que ficam as vítimas e os vitimados:

O Mar Quando Quebra Na Praia  
É Bonito, é Bonito

O Mar... Pescador Quando Sai  
Nunca Sabe Se Volta, Nem Sabe Se Fica  
Quanta Gente Perdeu Seus Maridos Seus Filhos  
Nas Ondas Do Mar

<sup>10</sup> Quadrado telado e com orifício central para capturar lagosta ou caranguejos.

<sup>11</sup> Equipamento improvisado, que utiliza um botijão de gás vazio como reservatório de ar para suprir a necessidade de oxigênio do pescador enquanto está no fundo do mar.

O Mar Quando Quebra Na Praia  
É Bonito, é Bonito  
Pedro Vivia Da Pesca  
Saia No Barco  
Seis Horas Da Tarde  
Só Vinha Na Hora Do Sol Raiá

Todos Gostavam De Pedro  
E Mais Do Que Todas  
Rosinha De Chica  
A Mais Bonitinha  
E Mais Bem Feitinha  
De Todas As Mocinha Lá Do Arraiá

Pedro Saiu No Seu Barco  
Seis Horas Da Tarde  
Passou Toda A Noite  
Não Veio Na Hora Do Sol Raiá  
Deram Com O Corpo De Pedro  
Jogado Na Praia  
Roído De Peixe  
Sem Barco Sem Nada  
Num Canto Bem Longe Lá Do Arraiá

Pobre Rosinha De Chica  
Que Era Bonita  
Agora Parece  
Que Endoideceu  
Vive na beira da praia  
Olhando pras ondas  
Andando rondando  
Dizendo baixinho  
Morreu, morreu, morreu, oh...

O mar quando quebra na praia. (Caymmi, 1939)



### **3 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DE PESCADORES DA PRAIA DA PONTA: UM DIREITO AINDA A SER CONQUISTADO**

Na intenção de responder os objetivos propostos na pesquisa e buscar respostas as minhas inquietações, em relação à realidade educacional dos pescadores da Praia de Ponta de Matos em Cabedelo, realizei uma entrevista semiestruturada, buscando fazer uma análise do material coletado. No processo de coleta dos dados, os pesquisados trouxeram relatos que ultrapassaram a questão da escolaridade e dos muros da escola, me instigando a ampliar a pesquisa e buscar as raízes dos problemas decorrentes da baixa escolaridade, vivenciados pelos mesmos.

Assim, busquei restaurar o contexto em que ocorreu o seu processo escolar para melhor entender suas limitações, tendo em vista que em suas falas, foi possível perceber que suas vidas estão permeadas de desafios e entraves, gerados pela baixa escolaridade, atribuídas por eles, as condições de pobreza extrema, ou seja, a sua condição social e econômica, e não, a um sistema excludente que, além penalizar suas vítimas, ainda os fazem sentir culpados, ou seja, inculcam neles, a própria culpa. Segundo Freire (2014, p. 72):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos, destinada as classes populares deve estar pautada nos princípios da Educação Popular que se fundamenta na emancipação dos seus sujeitos, na validação de seus conhecimentos e no seu empoderamento para fazer enfrentamentos às adversidades impostas pela sociedade excludente e capitalista, podendo assim construir seus saberes não somente na sala de aula, mas especialmente, nas práticas comunitárias do seu cotidiano, desenvolvendo estratégias de lutas contra a opressão.

Desta forma, a escolarização, não somente da sala de aula, mas especialmente, nas vivências comunitárias devem propiciar as bases para os saberes autoconstruídos e legitimados, que servirão de suporte para que possam falar a sua palavra. Neste sentido,

Borges (2011) destaca que a participação popular é um efetivo processo de educação de jovens e adultos que busca, através dos mecanismos de participação, a inclusão nos direitos sociais elementares. Esta participação só é possível através da democratização das informações, da autonomia da gestão e da permanência que são seus pressupostos políticos pedagógicos. Logo, o significado e o sentido da participação estão atrelados à construção da prática democrática e da conscientização dos sujeitos na luta pelos direitos.

A maioria dos pescadores participantes da pesquisa pescam lagosta e estão recebendo o seguro-defeso. No entanto, apesar de serem analfabetos, alguns tem um conhecimento autoconstruído de suas vivências diárias e se negam categoricamente, apesar das dificuldades financeiras a realizarem a pesca sem sustentabilidade, como é o caso do Bernardo que tem 56 anos e só foi à escola pela primeira vez aos 12 anos, quando já trabalhava na roça, lá no Ceará. Se sentia muito cansado após o dia de trabalho exaustivo, ao sol, e faltava à escola. Então, pensou que seria melhor trabalhar no mar. Foi ser pescador de ida e vinda<sup>12</sup> com o tio.

Assim, permaneceu na escola por quatro anos e foi reprovado dois anos, só conseguindo chegar ao 2º ano, pois o trabalho na roça ou no mar, o deixava cansado e faltava a escola. Só aprendeu a assinar o nome, reconhecer as letras e “tirar do quadro”, mas confessa que se atrapalha para juntar as letras. Não saber ler.

Sente revolta por precisar de familiares para ir com ele ao banco para sacar o seguro defeso da lagosta e fala com tristeza da vergonha de ter que pagar a passagem de um amigo para ir com ele a João Pessoa, quando precisa pagar um boleto bancário.

Está sempre dependendo de outras pessoas para resolver seus problemas, porém sabe trabalhar com maestria no emaranhado das redes de pesca. E, quando não está pescando, faz e conserta redes de pesca na imensidão da areia. No mar, sabe se guiar pelas estrelas e pelo vento. Perguntado como se guia no mar, responde: - *“meu irmão me ensinou. Quando não tem estrelas, basta botar as costas da mão e procurar de onde tá vindo o vento”,* exemplificou movimentando a mão, enquanto falava. *“Mas, queria saber usar o GPS para traçar o caminho”*.

Diz olhar atento os movimentos que o mestre faz no GPS para direcionar o barco no caminho de volta à terra, e fala: - *“Pra butá o caminho de volta é três nomes pra baixo e*

---

<sup>12</sup> Diz-se do pescador que não permanece no mar por vários dias. Vai pela manhã e retorna à tarde.

*depois mais dois ou três nomes pra cima. Se eu soubesse ler os nomes que tem lá no GPS, eu conseguia butá o caminho”*. Segundo ANTUNES (1937, p. 81):

Uma das características diferenciais do aluno resiliente é representada pelo paradoxo de este crescer em um mundo de necessidades e carências, mas também marcado pela produção e consumo de informações em quantidade crescente. Dominar o acesso a esses meios – e, por eles, parte da informação – representa não apenas condição essencial de sobrevivência profissional como alternativa única para mudar o quadro de limitação em que se descobriu concebido.

Repete algumas vezes que gostaria de voltar a estudar, pois tem muita vontade de aprender a ler, para não depender de outras pessoas para resolver as coisas dele. Porém, enfatiza que só pode se for no período do defeso, que conscientemente defende: - *“Não acho certo pescar agora. A gente tá recebendo o seguro. Então, não é pra pescar não! Tem gente que vai e pega as bichinhas tamanho de nada, ou então vai só ter prejuízo, pois não traz quase nada. Isso é castigo! Como a lagosta vai crescer e reproduzir desse jeito?”*

Através da fala do Bernardo é possível constatar que a falta de escolarização o tornou dependente de outras pessoas em algumas atividades de seu cotidiano doméstico ou de trabalho. Embora as experiências comunitárias e/ou aprendidas na observação, tenham garantido a sobrevivência sua e de sua família, que enquanto cidadão consciente, de seu papel no mundo, se posiciona na defesa da pesca sustentável para garantir a sobrevivência das espécies.

Assim, a falta de autonomia gerada pela sonegação do direito à educação produz uma dependência que sujeita e mobiliza o cidadão em um espaço cada vez mais reduzido de oportunidades. No entanto, as experiências vivenciadas no seu cotidiano fazem com que sinta, pense e aja de forma ética, não se limitando as concepções dos outros colegas que realizam a pesca predatória.

Neste sentido, Freire (2013, p. 49-50) vem destacar que “a leitura de mundo, precede a leitura da palavra”. Logo, ao chegar a escola o educando já carrega conhecimentos que precisam ser ampliados para o exercício da prática cidadã, tendo em vista o inacabamento do ser humano.

Sendo assim, o novo desafio da escola e, especialmente da EJA, é incluir seus educandos na nova conjectura tecnológica para que estes possam fazer parte do mundo globalizado e possam atuar na sociedade de forma dinâmica e autônoma.

Nesta perspectiva, a falta de atendimento educacional a estes sujeitos, dentro de suas especificidades produz analfabetos que, destituídos dos direitos básicos e fundamentais, deixam de ser absorvidos no mercado formal e acabam desempenhando atividades, muitas vezes, de riscos que só lhes garantem a subsistência.

As idades dos pescadores pesquisados variam entre 34 e 69 anos e como forma de resguardar suas identidades foram-lhes atribuídos nomes fictícios, porém suas idades foram preservadas. Sendo assim, serão nomeados pelos nomes de: Miguel (trinta e quatro anos), Lucas (trinta e seis anos), Guilherme (quarenta anos), Gabriel (quarenta e três anos), Paulo (quarenta e três anos), Arthur (quarenta e quatro anos), Rafael (quarenta e cinco anos), João (quarenta e seis anos), Gustavo (quarenta e nove anos), Pedro (quarenta e nove anos), Mateus (cinquenta e seis anos), Bernardo (cinquenta e seis anos), Antônio (cinquenta e nove anos), Henrique ( sessenta anos), Romeu (sessenta e cinco anos), Heitor (sessenta e seis anos) e Filipe (sessenta e nove anos).

### 3.1 Sujeitos e contexto da pesquisa



**Fonte própria:** Trechos da praia ponta de Matos.

2018

No leque das profissões de subsistência está a pesca, cultura milenar, realizada pelos dezessete pescadores artesanais pesquisados da Praia de Ponta de Matos, em Cabedelo-PB. São Homens com idades variadas que adentram no mar e em pequenos barcos pescam peixes ou lagosta em alto mar, lá permanecendo de cinco até quinze dias. Saem geralmente na segunda-feira e na maioria das vezes, retornam na sexta-feira.

Deve-se lembrar que os pescadores fazem parte do desenvolvimento populacional e social da cidade, uma vez que a cidade foi iniciada a partir do Forte de Santa Catarina e da Praia de Ponta de Matos, onde os moradores eram essencialmente pescadores. Assim, a cultura cabedelense carrega em suas raízes a cultura da pesca e consequentemente a dependência econômica do mar, em variados aspectos.

Desse modo, os pesquisados carregam uma educação política e uma organização comunitária entrelaçada entre vida e trabalho que os fazem caminhar em comunhão na comunidade em que vivem, onde a solidariedade entre os mesmos, está sempre presente.

São sujeitos que, quando crianças ou adolescentes, precisaram, levados pela pobreza extrema, dividir o tempo entre o trabalho e a escola para ajudar no sustento da família e que hoje buscam, ainda, no mar este sustento.

No sentido de melhor visualizar como ocorreu o processo de escolarização dos mesmos foi elaborada a tabela abaixo:

**Tabela 1** - Identificando o processo de escolarização dos sujeitos

Nome	Idade Atual	Idade/entrada na Escola	Permanência anos na escola	Escolaridade Atingida	Repetência Anos	Lê?
<b>Miguel</b>	34	4	13	2º grau	0	Lê
<b>Lucas</b>	36	5	7	6º ano	1	Lê pouco
<b>Guilherme</b>	40	7	10	3º ano	7	Não lê
<b>Gabriel</b>	43	35	30 Dias	-	-	Não lê
<b>Paulo</b>	43	10	10	5º ano	5	Lê pouco
<b>Artur</b>	44	8	15	9º ano	6	Lê
<b>Rafael</b>	45	12	4	4º ano	0	Lê pouco
<b>João</b>	46	12	09 meses	-	0	Não lê
<b>Gustavo</b>	49	6	9	4º ano	5	Não lê
<b>Pedro</b>	49	11	8	2º ano	6	Não lê
<b>Mateus</b>	56	18	3	3º ano	0	Não lê.
<b>Bernardo</b>	56	12	4	2º	2	Não lê

<b>Antônio</b>	59	4	6	1º	6	Não lê
<b>Henrique</b>	60	10	6	5º	1	Lê pouco
<b>Romeu</b>	65	15	3	3º		Não lê
<b>Heitor</b>	66	9	2	2º	0	Lê pouco
<b>Filipe</b>	69	12	3	3º	0	Lê pouco

De acordo com os dados apresentados se pode constatar que a média de idade de entrada na escola dos pescadores foi de onze anos. Destes, somente seis (35,3%) adentraram a escola até os oito anos. Os demais, onze (64,7%) entraram na escola com idade entre nove e trinta e cinco anos. Entre estes, um só ficou na escola, durante toda sua vida por trinta dias e outro não concluiu o primeiro ano de escola.

Os anos de permanência de anos na escola variou de um mês a até quinze anos, tendo como média seis anos. Observando os dados apresentados, pode se perceber que apesar da média de anos na escola, a escolaridade da maioria dos pescadores não passou do 4º ano. Assim, doze dos pescadores, 70,6% não conseguiram ultrapassar o fundamental I; Quatro destes, 23,5% chegaram ao fundamental II e somente um, 5,9% conseguiu concluir o ensino médio

A média da repetência variou entre um e sete anos, apresentado média de 2,4 anos por aluno. Destes, uns repetiram alguns anos e conseguiram mudar de série, enquanto outros, mesmo repetindo não conseguiram ser aprovados e saíram da escola sem que tenham aprendido a ler. Como é o caso dos pesquisados Antônio e Gustavo que são irmãos.

Há alguns anos, sua mãe, me confidenciou sua tristeza em não saber ler. Falou que se sentia como uma cega, quando precisava ir a algum lugar desconhecido e que precisava pedir informações aos transeuntes que passavam. Relatou que certa vez estava procurando uma clínica em uma rua de João Pessoa, onde faria um exame médico. Ao parar uma senhora numa rua e apresentar o papel com o endereço e nome da clínica, perguntou: -- “A senhora sabe onde fica essa clínica? A mulher teria então, apontado a clínica com um enorme letreiro e dito: - *É essa aí, bem na sua frente!* Falou que já passou por essa situação muitas vezes e que nesses momentos, sente uma revolta muito grande por não saber ler.

No entanto, em casa é uma matriarca amorosa que tem o respeito e o carinho de toda a família. E, quando senta no chão de frente para sua almofada de bilros, o seu conhecimento se expande e ganha beleza. Seus dedos parecem bailar numa dança cadenciada e cheia de ritmo, enquanto mexe os bilros de um lado para o outro e alfineta a

almofada circular de onde sai lindas toalhas, em diversas formas geométricas, conhecimento que foi passado de geração em geração para as mulheres de sua família.

Assim, mesmo com a ausência da alfabetização, ela aprendeu um saber que lhes permitiu fazer parte da renda familiar e tentar ajudar seus filhos a não fazerem parte do impiedoso universo do analfabeto. A autoleitura sobre sua condição de analfabeta, produziu nela um desejo de ver os filhos alfabetizados e fez, com que se antecipasse no tempo, colocando seus filhos Antônio e Gustavo na escola particular com idades mínimas e só admitida na escola pública, na época atual.

Antônio tem 55 anos e sua mãe, analfabeta e revoltada com essa condição, o colocou para estudar quando ainda tinha 4 anos. Repetiu o 1º ano por 6 anos até desistir. Só aprendeu a assinar o nome. A mãe abandonou o sonho de vê-lo alfabetizado e “deixou pra lá”. Segundo ela: *“ele era muito burro e não tinha jeito de aprender. A professora ensinava as letras, mas ele esquecia tudo”*.

Começou a pescar com o pai aos 10 anos e não sente vontade de retornar à escola, pois acha que não consegue aprender a ler. No entanto, sabe construir enormes barcos para a pesca e embaixo de uma caiçara coberta por palhas secas de coqueiros, trabalha com o formão na mão, dando forma circular a madeira reta para fazer a quilha do barco que vai ganhando forma e depois é lançado na imensidão do mar para fazer parte da cultura de vida e trabalho de outros pescadores.

Atualmente diminuiu a frequência de ir para o mar, pois construiu, ele próprio, um bar à beira mar que é administrado por um de seus filhos, onde além de trabalhar toda a família (esposa, filhos, netos, irmãos e cunhadas), ainda emprega informalmente, algumas pessoas, na época do verão. Segundo Antônio, *“a escola sempre teve importância, mas nunca deu para conciliar trabalho e escola, assim preferiu trabalhar, pois gostava de ganhar dinheiro e se sentia mais recompensado, já que na escola não conseguia aprender nada”*.

Gustavo tem 49 anos, entrou na escola aos seis anos e cursou até a 4ª série, mas não consegue nem mesmo assinar o nome corretamente. Acha que repetiu uns cinco anos, e mais de uma vez a mesma série até chegar a 4ª série e se evadir da escola. `

Deixou a escola para ir trabalhar no mar, igualmente ao seu pai e o irmão mais velho. Pois, *“precisava sair das costas dos pais”*. Hoje ainda pesca, mas nos finais de semana trabalha juntamente com a esposa, no bar da família e gostaria de voltar a estudar. Visualiza



a escola como muito importante, alegando que “*através dela se consegue mais oportunidade de emprego*” e gostaria de volta a estudar.

De acordo com os dados apresentado se percebe que a permanência na escola não garante o ensino e aprendizagem, tendo em vista que reprovado ou transferido para outra série, os pescadores acima, não conseguiram ser alfabetizados. E, fazendo uma relação das concepções educacionais em que esse ensino ocorreu, a cerca de quarenta anos, com os dias atuais, podemos ver que quase nada mudou:

De acordo com o MEC, em 2014 o índice de alunos com nível insuficiente em leitura era de 56,17%, agora está em 54,73%, o que indica a estagnação na melhoria das taxas. Nesse caso, o nível insuficiente indica que os estudantes não conseguem identificar a finalidade de um texto e localizar uma informação explícita. No caso da escrita, 34% estão no pior patamar, não sendo capaz de escreverem as palavras de maneira alfabética e produzindo textos ilegíveis. O ministério não disponibilizou comparação com a avaliação anterior, já que os parâmetros metodológicos foram alterados. (FERREIRA, 2017)

Tais dados se afirmam na pesquisa, quando se verifica que entre os dezessete pesquisados, somente dois pescadores (12%), sendo: um com ensino médio e outro com o fundamental II, declaram ler com fluência. No entanto, um destes afirmou ter dificuldade na produção textual; outros seis (35%) que chegaram ao fundamental II, mas não concluíram, leem pouco; e nove (53%), que tem escolaridade variadas que vai da primeira até a quarta série não conseguem ler. Alguns afirmaram reconhecer as letras, outros silabam, mas não conseguem juntar as sílabas. Como é o caso de Gustavo, que embora tenha entrado na escola aos seis anos e chegado a 4ª série tem dificuldade para assinar até o próprio nome.

De acordo com a ANA, os níveis de alfabetização dos brasileiros em 2016 são praticamente os mesmos que em 2014. O desempenho dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período. Os resultados revelam ainda que parte considerável dos estudantes, mesmo havendo passado por três anos de escolarização, apresentam níveis de proficiência insuficientes para a idade. A terceira edição da ANA foi aplicada pelo Inep entre 14 e 25 de novembro de 2016. Foram avaliadas 48.860 escolas, 106.575 turmas e 2.206.625 estudantes. (INEP, 2016)



Outro dado encontrado na pesquisa vem revelar a omissão do Estado Brasileiro em relação a assistência à criança e à adolescência, na época, originadas pelas ideologias dominantes do regime autoritário da ditadura militar. Embora na Constituição Federal do Brasil de 1967 já estivesse previsto em seu Art. 167, § 4º que: “A lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência”, e ainda, o direito a educação, prevista no Art. 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”, esta lei já não se cumpria, conforme relato dos pescadores pesquisados, que adentraram a escola, mas não conseguiram permanecer, como é o caso do João Ângelo e do Gabriel.

Gabriel tem 43 anos e somente aos 35 anos se matriculou em uma escola, pois começou a pescar com o irmão, ainda menino, para ajudar no sustento da sua casa. Só conseguiu ficar na escola por um mês, desistiu. Alega que na época estava pescando de ida e vinda, mas como saia ainda escuro e voltava à tardinha, chegava muito cansado e não conseguia aprender. Sente vontade de retornar à escola para aprender a ler e acha que “*se tivesse estudado, hoje teria um emprego melhor*”.

João tem 46 anos e não sabe ler. Foi a escola pela primeira vez aos 12 anos, mas não terminou nem mesmo o primeiro ano. Desistiu. Morava no Rio Grande do Norte em uma área rural e na época, acordava muito cedo, pois já morava na fazenda onde trabalhava, tomando conta de gado. Ficava cansado e com muito sono, não conseguia aprender. Perdeu a vontade de ir para a escola.

Hoje é pescador e se diz arrependido por ter desistido de estudar. Ainda conserva o desejo de voltar a escola para aprender a ler, pois reconhece a importância da escola e destaca, “*é ruim não saber ler e escrever*”.

Não percebem ainda que a culpa por ter desistido da escola, não é dele. Assim, se culpam e não reclama da pobreza e das condições do trabalho escravo que lhes foram imputadas. Em sua fala, João não demonstra entender que uma criança de 12 anos não deve trabalhar para sobreviver, e ainda, distante da família e morando no local de trabalho. Não reclama do direito que teria de entrar e permanecer na escola. Neste sentido, Freire (2014, p. 170), afirma: “Para dominar; o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo”

Nesta perspectiva, o dominador vai conformando as massas a instauração e conservação de sua hegemonia, dirigindo as classes populares uma educação sistematizada, no sentido de dominar para uma formação elementar, como mostra os relatos dos pesquisados.

O Henrique tem 60 anos, entrou na escola aos dez anos e estudou até o 5º ano. Permaneceu na escola por seis anos e só foi reprovando um ano. Morava no Rio Grande do Norte em uma área rural e gostava de estudar, mas lá não tinha escola para que ele continuasse os estudos. Pediu ao pai para lhe matricular na cidade, mas os pais não tinham condições para pagar o transporte até a cidade. Assim, Henrique foi obrigado a parar de estudar. “Hoje se considera velho” e não sente mais vontade de estudar, ou seja, foi dominado pelas forças do opressor.

Paulo tem 43 anos e foi pela primeira vez a escola, quando já tinha 10 anos. Coursou até a 5ª série e repetiu vários anos. Começou a pescar com o pai, quando ainda era menino e preferia a pesca que à escola. O pai não se importava de levá-lo para o mar, mesmo sabendo que indo para o mar, deixava de ir à escola.

Atualmente, quando não vai para o mar vende os pescados dos colegas nas ruas, mas ainda conserva a vontade de retornar à escola para ver se consegue outro emprego e uma vida melhor, pois com a pescaria ganha pouco.

Lucas tem 36 anos e foi para a creche aos 5 anos, porque sua mãe trabalhava lá. Depois foi para a escola, cursou até a 6ª série e só repetiu um ano. Aos 12 anos começou a ir para o mar com o pai, pois desejava comprar outras coisas que seus pais tinham dificuldade em lhes dar, devido ao pouco dinheiro que mal garantia a comida. Assim, viu na pesca a alternativa imediata para suprir as carências e deixou a escola.

Neste Sentido, se torna necessário que o oprimido se conscientize da necessidade da luta contra o opressor, como enfatiza Freire (2014, p.74), “Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização”. Assim, a resistência na busca pela libertação, pode ser sentida no relato dos entrevistados,

Artur estudou no ensino regular até o quinto ano e durante esta etapa, diz ter sido reprovado 7 anos. Falou que ficava triste por ver os colegas passarem de ano e ele ficar reprovado por ter muita dificuldade de aprender.

Sempre que era reprovado ficava estudando com crianças menores e sentia-se humilhado, pois algumas crianças, menores, sabiam mais que ele. Parou de estudar depois de 15 anos na escola, quando concluiu o quinto ano.

Há alguns anos, sentiu necessidade de aprender mais, se matriculou na EJA e voltou a estudar. Concluiu o 9º ano em 2017 e agora vai parar. Não pensa em voltar a estudar, mesmo ainda sentindo muita dificuldade para escrever. Relatou que ler pouco e que quando o professor dava um tema e pedia que fizesse um texto, ele não conseguia escrever quase nada, pois, as ideias não viam. Os desafios sofridos por Artur na busca por sua libertação representam uma forma de resistência contra o opressor através de uma ação-reflexiva, mesmo que, baseada na incompletude do ser humano, inconclusa.

Miguel tem 34 anos, começou a estudar aos 4 anos e concluiu o ensino médio, sem nunca ter repetido de ano. É o segundo filho do Antônio. Pescou alguns anos e depois de casado foi trabalhar em navio mercante, pois a pesca não dava para o sustento digno da família. Confessou que não sente vontade de voltar a estudar.

Atualmente foi demitido da empresa, comprou um barco e voltou a pescar. Dá muita importância a educação e escola e enfatiza que *“se não tivesse estudado não teria conseguido um emprego melhor” e não teria comprado minha casa, meu carro e agora o barco para pescar, enquanto estou desempregado e aguardando ser contratado por outra empresa”*.

Logo, em suas falas é possível perceber que os pesquisados não compreendem que a função social da escola não se resume somente a escolarização, atrelada ao mercado de trabalho, mas sim a formação humana para que o sujeito possa atuar de forma autônoma e dinâmica na sociedade. Portanto, um local de possibilidades de crescimento e desenvolvimento humano.

Ainda assim, no relato de Miguel fica firmada uma postura de mudança e mostra que mesmo tendo avós e pais analfabetos e já sendo pescador, ele não se condicionou ao subemprego e buscou através da educação, buscar melhores oportunidades de trabalho e vida digna para sua família, ou seja, de autonomia para decidir os rumos de sua vida. Neste sentido, Freire (2014, p. 72-73) destaca que *“Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática”*.

Ainda assim, mesmos que os desfavorecidos das classes populares tenham um potencial de aprendizagem desenvolvido para buscar sua conscientização, são impedidos pelas condições de pobreza extrema em que nascem, geradas por um sistema de inclusão-excludente, que não se limita somente a sonegar-lhe os direitos absolutos, mas também o sonho de “ser mais”, como mostra o relato de Filipe que tem 69 anos e foi pela primeira vez a escola aos 12 anos. Ele gostava muito de estudar e cursou até o 3º ano, na Colônia de Pescadores. Se orgulha em dizer que não repetiu de ano e que nunca teve dificuldade para aprender nada que a professora ensinava e que até ajudava os amigos nas atividades. Afirmou que consegue ler, mas não escrever.

Nesta idade, há muito, já pescava de ida e vinda, com o pai. Saíam ainda escuro e como só voltavam no início da tarde, muitas vezes chegava atrasado e era impedido de entrar na sala de aula. A Colônia à época não tinha muros. E, como gostava de estudar, não voltava para casa, assistia a aula até o final, ao pé da janela, e bem caladinho com medo de que a professora não o mandasse embora.

Sua atitude chamou a atenção de um professor, que era também o diretor. Logo o professor o chamou para conversar e sabendo do motivo de seus atrasos, autorizou sua entrada na sala, quando chegasse atrasado. Assim, concluiu o terceiro ano do ensino fundamental. Chegou a se matricular no 4º ano, mas, não pode frequentar, pois passou a ir com o pai para o mar na segunda-feira e só voltar aos sábados.

Ao se aposentar, há cerca de 4 anos, se matriculou na EJA, pois gostaria de saber lidar com o GPS e o motor de seu barco, pois sempre que precisa consertar tem que pagar porque não conhece o motor. Desistiu das aulas, e continua indo para o mar. Confessou que além de complementar a aposentadoria de um salário mínimo, não consegue ficar em casa, pois gosta muito de estar no mar, mesmo afirmando categoricamente que, *“a escola é tudo”*.

No entanto, mesmo vendo a escola como “tudo”, não apresentando dificuldades de aprendizagens e desejando nela permanecer para obter conhecimentos que possam favorecer o seu cotidiano de trabalho, os sujeitos das “classes legalmente desfavorecidas” são submetidos, pelas condições econômicas, criadas pelo opressor, a se manterem nos postos oferecidos a sua classe. Lutar pelo direito de pronunciar sua palavra foi o que fez Heitor. Ele tem 66 anos e entrou na escola aos 9 anos e estudou até o 2º ano primário. Fala com orgulho que *“nunca repetiu ano, pois era muito sabido e até ajudava os colegas a responder as atividades, mas precisou sair da escola aos 11 anos porque o pai, também*

*pescador, morrera e ele o mais velho dos 10 irmãos, precisou trabalhar para ajudar a mãe a criá-los”.*

Incentivado pela mãe, foi pescar no mesmo barco do tio. Depois, já adulto, sempre que tinha oportunidade ia a escola. Frequentou aulas no MOBRAL, na Colônia de Pescadores e fez curso no Centro de Educação Profissionalizante, fornecido pela Marinha.

Sabe ler pouco, pois segundo ele, *“nunca teve tempo para a leitura”*. Casou, construiu família e mesmo aposentado ainda pesca porque não consegue ficar em casa. Falou que gosta de estar no mar e acordar sob o céu.

Hoje não sentem mais vontade de voltar a estudar, mas segundo ele, *“Quem não estuda não consegue muita coisa na vida”*. Ou seja, Heitor sempre reconheceu o valor da escola e procurou estar nela, mesmo quando as campanhas imediatistas como o MOBRAL o chamaram. Ele nunca desistiu, sempre teve vontade aprender, mas foi vencido pelas carências e pelo discurso dominante e fatalista. Segundo Freire (2014, p. 170), *“As massas populares não têm que, autenticamente, “admirar” o mundo, denunciá-lo, questioná-lo, transformá-lo para a sua humanização, mas adaptar-se à realidade que serve ao dominador”*. Assim, para Heitor, não ter mais vontade de retornar à escola significa que ele foi vencido pelo cansaço e descaso de um Estado que nega o direito da educação aos seus cidadãos. Todavia, significa também não querer abrir mão de ser ninado pelas ondas do mar, companheiro de muitos anos e histórias.

Mateus tem 56 anos e se autodenomina o advogado da praia. Ele só começou a estudar aos 18 anos. Foi para a escola por conta própria, pois os pais nunca o matriculara. Cursou até o 3º ano e nunca repetiu ano. Mas, segundo ele, aprendeu muito pouco e só consegue ler palavras bem pequenas e ainda assim, soletrando.

Construiu família e precisou trabalhar mais horas para sustentá-la, assim teve que optar, pois *“já era um homem”*. Se orgulha em dizer que *“sabe entrar e sair em qualquer lugar.”* E, quando é pra falar, é com ele mesmo, pois não tem vergonha, *“Abre a boca e fala tudo, tudo mesmo, defendendo os colegas em qualquer lugar”*.

Afirmou que não tem vergonha de nada, mas tem muita inveja de quem sabe ler. Tem muita vontade de aprender a ler e pareceu o mais entusiasmado com a possibilidade de voltar a estudar. Afirmou que *“a escola tem importância primordial na vida das pessoas, pois estudando pode ter uma vida melhor”*.

Romeu tem 65 anos e cursou até o 3º ano. Nunca repetiu de ano, mas só foi a escola aos 15, quando ele próprio, resolveu se matricular. Precisou trabalhar para ajudar em casa e

não depender dos pais. Passou a ir para o mar e nos dias de folga, trabalhava no porto ajudando na transferência das cargas dos navios para os caminhões.

O trabalho braçal no porto rendia mais. Assim, deixou de ir para o mar e resolveu ser catraeiro. Acordava cedo, embarcava os pescadores para o mar e depois, corria para a porta do porto para ver se conseguia ser chamado para descarregar as cargas dos navios.

Ainda exerce as duas funções. Do mar, ainda tira a maior parte do seu sustento, pois ainda ocupa o lugar de catraeiro oficial. No porto vai pouco, pois além do trabalho ter sido, em parte, substituído pelas máquinas, já não suporta carregar tanto peso. Deu entrada na aposentadoria e está aguardando. Para ele, *“a escola sempre teve muita importância, mas precisei optar, pois já eram homem e não podia ficar dependendo dos meus pais”*.

Rafael tem 45 anos e entrou na escola aos 12 anos. Coursou até o 4º ano e nunca repetiu apesar de escrever com dificuldades. Pretendia ter estudado mais, porém precisou trabalhar e ajudar a mãe, solteira e lavadeira de bordo<sup>13</sup>, a sustentar os irmãos mais novos.

Mora em uma caiçara a beira mar, onde alguns pescadores costumam se reunirem para conversar. Quando não vai para o mar, vende os pescados dos amigos pelas ruas e ganha uma comissão. Reconhece a importância da escola e alega que *“sem os estudos fica difícil até para tirar os documentos e pegar transporte”*.

Analisando os relatos dos pescadores é possível verificar que a maioria deles entraram tardiamente na escola e que alguns se reconheceram com dificuldades na aprendizagem, enquanto outros alegaram que aprendiam com facilidade. Logo, o modo como cada sujeito aprende é diferenciado. Neste sentido, Schuwartz (2012, p.41) ressalta:

Cada um aprende de uma maneira, produzindo pensamentos, fazendo o que quer aprender, transformando esta experiência em matéria de reflexão para descobrir, explicar, entender, compreender e elaborar as normas e atitudes que este conhecimento demanda. O modo como cada sujeito organiza e significa o universo de sua experiência, seu conhecimento, é único, subjetivo. (SCHUWARTZ, 2012, p.41)

No entanto, somente um dos pesquisado concluiu o ensino fundamental II e outro o ensino médio. Enquanto os demais só chegaram até a sexta série. Os pesquisados que

---

<sup>13</sup> Geralmente mães solteiras, que se aglomeravam na beira do cais, quando os navios atracavam, tentando conseguir lavagem de roupas com os tripulantes, chegando algumas, a se envolverem amorosamente com os mesmos.

cursaram somente até a quarta série, independentemente, se foram reprovados por anos, ou aprovados todos os anos, leem pouco ou nada do código escrito. Ou seja, são analfabetos, mesmo tendo passado anos na escola. Mas, que escola é essa? Ela forma ou deforma os seus cidadãos?

Segundo ALTHUSSER (1999), a escola faz parte do sistema do Aparelho ideológico de Estado e tem como objetivo reproduzir as relações de classes e as relações de exploração dos sujeitos, e com este intuito:

[...] recebe as crianças de todas as classes sociais desde o Maternal e, a partir daí, com os novos e igualmente com os antigos métodos, ela lhes inculca, durante anos e anos, no período em que a criança é mais “vulnerável”, impressada entre o aparelho de Estado Família e o aparelho de Estado Escola, determinados “savoir-faire” revestidos pela ideologia dominante (língua materna, cálculo, história natural, ciências, literatura), ou muito simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral e cívica, filosofia). Em determinado momento, aí pelos catorze anos, uma grande quantidade de crianças vai parar “na produção”: virão a constituir os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude continua na escola: e haja o que houver, avança ainda um pouco para ficar pelo caminho e prover os postos ocupados pelos pequenos e médios quadros, empregados, pequenos e médios funcionários, pequenos burgueses de toda a espécie. Uma última parcela chega ao topo, seja para cair na subocupação ou semidesemprego intelectuais, seja para fornecer os agentes da exploração e os agentes da repressão, os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são “laicos” convictos) e também agentes da prática científica.

Assim, a partir do número de anos que os sujeitos passam na escola, são selecionados aos postos de trabalho, até mesmo os que nunca conseguiram nela adentrar ou permanecer. Neste sentido, a escola cumpre o seu papel de reprodutora das relações de trabalho.

[...] acrescenta que essa seleção para as diferentes ocupações no processo de produção também é acompanhada da inculcação do fracasso, do sucesso, do acerto e do erro dos sujeitos, que passaram pela escola com períodos diferenciados; aqui também, pode-se acrescentar os que não ingressaram nas mesmas, eles também são selecionados para ocupar determinados postos na produção. (CASSIN, 2002; apud ALTHUSSER, 1999)



Neste sentido, as inculcações sofridas por estes sujeitos, no período em que passam na escola, são determinantes para que admitam ou não, uma postura de aceitação aos modos operantes e pré-estabelecidos do Estado.

Através das respostas exibidas na tabela abaixo, é possível compreender os motivos que levaram os pesquisados a deixarem a escola e se sentem vontade ou não, de retornar a sala de aula.

**Tabela 2** – Compreendendo as razões da ausência da escolarização

<b>Nome</b>	<b>Idade Atual</b>	<b>Em algum momento deixou de estudar? Por que?</b>	<b>Sente vontade de retornar à escola? Porque?</b>
<b>Miguel</b>	34	Não.	Não.
<b>Lucas</b>	36	Sim. Trabalho.	Sim.
<b>Guilherme</b>	40	Sim. Perdeu o interesse.	Sim. Aprender a assinar o nome.
<b>Gabriel</b>	43	Sim. Trabalho.	Sim. Tentar aprender.
<b>Paulo</b>	43	Sim. Preferia só pescar.	Sim. Melhorar estudos e emprego melhor.
<b>Artur</b>	44	Sim. Dif. aprendizagem	Não. Cansou.
<b>Rafael</b>	45	Sim. Trabalho.	Sim. Aprender mais.
<b>João</b>	46	Sim. Morava no trabalho	Sim. Para aprender a ler e escrever.
<b>Gustavo</b>	49	Sim. Trabalho.	Sim. Aprender mais
<b>Pedro</b>	49	Sim. Trabalho.	Não. Precisa levar a filha para escola.
<b>Mateus</b>	56	Sim. Teve que optar/trab.	Sim. Ter uma vida melhor.
<b>Bernardo</b>	56	Sim. Trabalho.	Sim. É bom demais saber ler!
<b>Antônio</b>	59	Sim. Trabalho.	Não. Acha que não consegue aprender.
<b>Henrique</b>	60	n. Dinheiro do transporte	Não. Já está velho.
<b>Romeu</b>	65	Sim. Trabalho/autonomia	Não. Se sente cansado.
<b>Heitor</b>	66	Sim. Trabalho	Não. O tempo é pouco.
<b>Filipe</b>	69	Sim. Trabalho.	Não. Por causa da idade.

Ao responderem à pergunta, “Em algum momento deixou de estudar”, 94,1% dos pesquisados responderam que sim. E, quanto ao motivo, foram unânimes nas respostas: “precisavam trabalhar”.

Em suas respostas, eles não culparam ou questionaram o papel do Estado, na exclusão de seus direitos, estabelecidos na Constituição de sua época, que deveria lhes garantir proteção na infância e na adolescência e o direito a educação. Assim, através de uma educação elementar, a escola, “Aparelho Ideológico do Estado” trabalha para formar subcidadãos que desconhecadores de seus direitos, não se sentem vítimas e sim culpados por não poder permanecer na escola, pois, porque pobres, precisam trabalhar para ajudar seus pais também analfabetos e que não podem sustentá-los, reproduzindo-se as divisões de classe preestabelecidas pela classe dominante. Neste sentido, Freire (2014, p. 170) ressalta, “Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo”.

Mas, como dizer sua palavra se foram excluídos do direito que poderiam propiciar-lhes os demais direitos? Como pensar certo, se não foram, na escola incentivados à reflexão?

Porque a escola forma de acordo com as normas e regras pré-estabelecidas pela classe dominante, destinando as classes populares uma educação elementar que não lhes permite a reflexão, castrando, assim os seus sonhos de se tornarem cidadãos de direitos.

Assim, na pesquisa foi possível perceber que a ausência da escolarização, trouxe impactos na vida social e econômica dos pescadores e contribuiu de forma decisiva para que estes sujeitos, não tivessem acesso aos demais direitos. E, subjugados, como incapazes por pertencer as classes populares, sua educação foi ministrada na perspectiva ingênua que não permite aos seus sujeitos pensar, se formar ou refletir sobre sua condição de subcidadãos, mas apenas se sujeitar a um sistema dominante que inculca em seus sujeitos a “educação” que eles devem ter.

Logo, o fato de ir para a escola, ser aprovado anualmente ou reprovados repetidos vezes, não lhes garantiram a aprendizagem, o pensar certo e nem a reflexão sobre as injustas condições a que foram submetidos e que hoje sofre as consequências, exercendo o trabalho precarizado de pescador, que os coloca em situações adversas, sem possibilitar-lhes um retorno financeiro, para que possam sustentar sua família com dignidade.

Nesta perspectiva, 47% dos pescadores entrevistados responderam, sob variados “pretextos” que já n

Segundo Cassin (2002), o professor tem papel primordial na transição desta nova escola e deve se posicionar contra “ à ideologia dominante, ao sistema e às práticas nas quais estão confinados e usar as armas científicas e políticas” a seu favor. Logo, a educação direcionadas a estes sujeitos, não pode ser vista como uma forma de suprir carências de escolarização e sim como de garantia de direitos e, segundo Arroyo (2011, p. 99):

Essa mudança de olhar sobre os jovens e adultos será uma pré-condição para sairmos de uma lógica que perdura no equacionamento da EJA [...]. Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias truncadas, eles carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e a sobrevivência. As trajetórias escolares truncadas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas, se reforçam mutuamente.

Assim, a EJA deve se desenvolver na perspectiva crítica que tem sentido mais amplo, por ser emancipadora e propor como desafio que o educando se perceba, enquanto sujeito, detentor de direitos. E, a partir da conscientização dos direitos legalmente constituídos, possa constatar sua realidade e desenvolver estratégias de lutas para solucionar os seus problemas, e segundo Freire (2013, p.23) “Este movimento de superação do senso implica uma diferente compreensão da história. Implica entendê-la e vivê-la, sobretudo vivê-la, como tempo de possibilidades, o que significa a recusa a qualquer explicação determinista, fatalista da História”

Essa nova educação só pode ser efetivada quando a escola ampliar suas bases tecnológicas, ter professores capacitados e novas metodologias que possam vencer o desafio de aumentar a interatividade entre professores, alunos e a rede, proporcionando uma real troca de conhecimentos que venha ampliar o desenvolvimento cognitivo desses educandos para que possam assim, se tornarem cidadãos autônomos e reflexivos.

### 3.2. Qual a origem de seus saberes?

De acordo com (DUTRA, 2008; p. 37, apud RUSSEL, 1989), o conhecimento do ser humano poder ser adquirido de duas formas, o direto transmitido pela tradição oral (por familiaridade), quando entramos em contato com algum objeto e obtemos suas informações através dos sentidos não precisando de confirmação e o indireto que advém da cientificidade e precisa de confirmação. Neste caso, recebemos informações de terceiros (por descrição) ou inferimos ou construímos objetos logicamente.

Assim, o autor afirma que o conhecimento direto está relacionado à experiência que o indivíduo tem com o objeto e enfatiza que ler a simbologia do mundo é a primeira forma de conhecer, de obter o conhecimento direto, que se concretiza através dos sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. E diante do objeto temos a possibilidade de ver, de tocar, de sentir sua dimensão, de sentir seu cheiro ou até o sabor. O conhecimento direto é classificado como não problematizador.

O conhecimento indireto é retratado como problematizador, pois o objeto precisa ser compreendido, explicado e comprovado para ser tido como verdadeiro. Deste modo, todo conhecimento autêntico depende do pensamento que é a verdadeira fonte que fundamente o conhecimento humano.

Assim, o conhecimento do senso comum ou direto é também chamado de popular e caracteriza-se pela sua centralidade na prática e nas experiências vivenciadas em grupo, na comunidade e em outras instâncias sociais, não necessita, de comprovação, a priori acerca de vivências, estados de ânimo e emoções da vida diária, por isso é sensitivo e subjetivo, parte do próprio sujeito que organiza suas experiências e conhecimentos.

O conhecimento filosófico ou indireto é fruto do raciocínio e da reflexão humana. É o conhecimento especulativo sobre fenômenos, gerando conceitos subjetivos. Busca dar sentido aos fenômenos gerais do universo, ultrapassando os limites formais da ciência e ao contrário do conhecimento popular, o ponto de partida são as formulações de hipóteses filosóficas. Consiste num conjunto de enunciados logicamente correlacionados. Suas hipóteses e enunciados visam uma representação coerente da realidade estudada, numa tentativa de apreendê-la em sua totalidade, embora não sejam submetidos ao decisivo teste da observação, experimentação. A filosofia encontra-se sempre à procura do que é mais geral, interessando-se pela formulação de uma concepção unificada e unificante do

universo. Para tanto, procura responder às grandes indagações do espírito humano, buscando até leis mais universais que englobem e harmonizem as conclusões da ciência.

Logo, o saber pode ser transmitido tanto por familiares e nas práticas comunitárias ou através da escola com o estímulo do raciocínio e da reflexão humana.

Neste sentido, para melhor visualizar e fazer um confronto entre as respostas dos pesquisados, em relação, a origem de seus saberes, e que servirão de base a análise, suas respostas foram sintetizadas na tabela abaixo,

**Tabela 3** – Descobrindo a origem dos saberes

Nome	Idade Atual	Qual a sua principal ocupação?	Tem outra ocupação rentável? Qual?	Como aprendeu os saberes da profissão?
<b>Miguel</b>	34	Pesca	Não	Com o pai
<b>Lucas</b>	36	Pesca	Não	Pai
<b>Guilherme</b>	40	Pesca	Sim. Fazer redes	Observando outras pessoas.
<b>Gabriel</b>	43	Pesca	Não	Irmão que era mestre.
<b>Paulo</b>	43	Pesca	Sim. Vender peixe	Pai
<b>Artur</b>	44	Pesca	Sim. Aluga sobrinhas	Pai
<b>Rafael</b>	45	Pesca	Sim. Vender peixe	Amigos
<b>João</b>	46	Pesca	Sim. Na marina	Amigos
<b>Gustavo</b>	49	Pesca	Sim. No bar	Pai
<b>Pedro</b>	49	Pesca	Sim. Limpando a rua	Amigos
<b>Mateus</b>	56	Ajud. Pescador	Não	Amigos
<b>Bernardo</b>	56	Pesca	Sim. Conserta redes	Irmão
<b>Antônio</b>	59	Pesca	Sim. Fazer barcos /bar	Pai
<b>Henrique</b>	60	Pesca	Não	Pai
<b>Romeu</b>	65	Pesca	Não*	Tio

<b>Heitor</b>	66	Pesca (gosta de pescar).	Não	Tios
<b>Filipe</b>	69	Pesca	Não	Pai

De acordo com os dados expostos na tabela é possível constatar que todos os pesquisados, quando perguntados “*Qual a sua principal ocupação*” responderam a pesca. Somente o pesquisado Pedro, quando não está pescando, desenvolve função não relacionada a pesca. Os outros, no período de defeso, quando não estão pescando, desenvolvem outras atividades, porém todas giram em torno das verdes e brilhantes águas do mar ou da brisa fresca do vento que leva o barco, como mostra a canção “O vento”:

Vamos chamar O Vento  
Vamos Chamar O Vento

Vento Que Dá Na Vela  
Vela Que Leva O Barco  
Barco Que Leva A Gente  
Gente Que Leva O Peixe  
Peixe Que Dá Dinheiro, Curimã (Caymmi, 1957).

Logo, é do mar que tiram diretamente ou indiretamente o sustento de suas famílias. Em torno do mar, giram fontes de trabalho: nos bares; restaurantes; aluguel de sombrinhas e cadeiras; fabricação e conserto de redes de pesca; o trabalho de vendedores ambulantes, guardadores de carro; construtores de barcos; nas fábricas de gelo para a conservação do pescado; no comércio de pescados e de peças para os barcos; de profissionais trabalham embarcados ou fabricam, vendem ou monta estas peças para/nas pequenas ou grande embarcações; a produção e venda de cosméticos, como o protetor solar; o transporte de pessoas para o lazer; o trabalho nas marinas; na prática dos esportes; a venda de alimentos para as embarcações, o transporte de mercadorias por grandes navios; “a extração do petróleo que produz muitas economias”, mas também provoca guerras em todo o mundo.

Assim, o mar é fonte de alimento, de vida, de trabalho, de lazer e de cenários onde nascem e morrem amores, tanto na vida real, como na ficção. Na imensidão de suas águas, vidas se cruzam em diferentes caminhos. O caminho do lazer que traz satisfações, e do trabalho, que afasta homens e mulheres; pais e filhos por salários gratificantes ou injusto, advindos de suas águas “brilhantes e salgadas” que “queimam as costas desprotegidas”. E sem proteção e qualificação, as classes populares, como a dos pescadores artesanais, vão se tornando obsoletas pelas novas exigências tecnológicas que já invadem o trabalho precarizado, como relatam o Filipe e o Bernardo, quando citam a incapacidade de se guiar pelo GPS, gerados pela falta da escolarização.

Que o mundo do trabalho não é o mesmo, não há dúvidas. As transformações sofridas, desde a revolução industrial, são altamente perceptíveis e extremamente relevantes. A evolução dos meios de produção, o fim da era do pleno emprego e a ruptura do domínio industrial, registram, de forma macro, as mudanças enfrentadas pelos atores das relações de trabalho. A globalização, a abertura dos mercados e o avanço tecnológico passam a reger, com novas notas, estas relações. Surge, então, a necessidade de uma análise mais aprofundada da atual realidade, como meio orientador e balizador de novas medidas e políticas garantidoras do Trabalho decente (PINTO e SOUZA, 2007, p.101).

Logo o avanço e invasão da tecnológica nas fontes de trabalho, tem propiciado novas exigências de capacitação, até mesmo no mercado de trabalho precarizado, fazendo que os sujeitos que estão fora dessa qualificação, e por isso, sem condições de acesso a ela, se sintam desprestigiados em suas atividades diárias, em virtude de não conseguirem trabalhar com as inovações implantadas, no seu setor de trabalho.

Quando perguntado “Como aprendeu os saberes da profissão”, os pescadores foram unânimes em afirmar que aprenderam através da observação ou da transmissão de saberes de amigos e familiares. Neste sentido, Brandão (2005), traz uma analogia entre o homem e o animal, mostrando que tanto o homem como o animal aprendem com a própria espécie. Porém diferentemente dos animais, que se adaptam ao ambiente, o homem utiliza o ambiente ao seu favor, adaptando-o para melhor viver.

Assim, o homem aprende também com a própria espécie, entretanto, com a diferença de que está em constante processo de aprendizagem, seja através da história ou com a espécie.



Mesmo sendo seres racionais e consequentemente aprendentes, são dependentes uns dos outros, pois são seres que aprendem a ser pessoas com outras pessoas, ou seja, convivendo, observando, escutando e dialogando. Isto não se limita apenas a algumas fases da vida. Este processo é constante e o ser humano depende inteiramente da interação para educar-se ou ainda educar outros, baseados em sua cultura.

Outra vertente que diferencia o homem do animal, segundo Brandão, é que ele vive baseado no passado, no presente e no futuro, aprendendo nestes três tempos, que simbolizam a cultura e o conhecimento, a infinidade de línguas existentes, pensamentos científicos e filosóficos, sentimentos e expressões, símbolos que representam a sociedade.

A cultura envolve a vida social, a educação, o pensamento e o conhecimento. É compartilhada como maneira de ser e viver o mundo, cada um de maneira singular, aprendendo a valorizar o conhecimento dos mais experientes para obter aprendizados por meio de memórias que perduram até hoje. Logo, os saberes adquiridos no cotidiano são constantemente transformados a partir das experiências positivas ou negativas e por isso mesmo, dinâmicos por estarem em constante processo de adequação e renovação na cultura da sociedade.

Logo, os pescadores pesquisados, adquiriram seus saberes da profissão através de amigos e familiares, ou seja, através do conhecimento direto, na transmissão oral e na observação, através da cultura de seu povo. Não foram estimulados a exercitar o raciocínio e a reflexão na escola e por isso não conseguiram ser alfabetizados. “Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária.” (FREIRE, 2013, p. 31)

Neste sentido, Freire (1981), ressalta que “o analfabetismo na perspectiva ingênua se configura em um processo mecânico e desligado do contexto social, ou seja, de caráter mecanicista, onde o educando aprende o código escrito, mas não consegue fazer uso dele para enfrentar a sua realidade, pois não possui consciência de seus direitos. Sendo encarado, como uma das expressões concretas de uma realidade social injusta, gerada pela má destruição de renda e desigualdade social. Um problema político que deve ser superado.

Brandão (2005), vem ressaltar que na educação há uma constante revisão de currículos que procuram proporcionar um melhor processo de ensino-aprendizagem. Mas que, por meio de um pensamento epistemológico, se pode analisar criticamente como a educação pode melhorar e transformar a realidade educacional e cultural e valorizar toda e

qualquer criação humana, redescobrimo o valor humano por trás daquilo que se pratica e se ensina, podendo assim, proporcionar outras maneiras sábias e criativas de viver e educar, reafirmadas por Freire (2013, p. 39) quando afirma, “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

### **3.3 Percepções dos pesquisados sobre o impacto da falta de escolarização a vida econômica e social**

Ser escolarizado permite ao sujeito, o acesso e a compreensão da leitura e auxilia a ampliação da leitura do contexto social em vive e circula. É através da leitura que podemos compreender o mundo a nossa volta. Neste sentido, a leitura se torna crucial para a aprendizagem do ser humano, pois através dela podemos enriquecer nossa linguagem, alcançar conhecimento, dinamizar o raciocínio, a interpretação e até viajar na imaginação.

Ler significa mais que ver. Significa olhar. Sentir o cheiro, sentir o sabor, sentir o toque que arrepia a pele, conseguir imaginar, nos mínimos detalhes, a aparência física de alguém que não está à sua frente e ainda adivinhar-lhe os pensamentos. Olhar o sol brilhar, ouvir os pássaros cantar, a água da cachoeira cintilar ao sol e as flores a desabrochar. Conseguir enxergar as mazelas da sociedade e querer mudá-las. A leitura faz maravilhas, traz ideias e reflexões. Te faz viver mil vidas, sentir-se herói, bandido ou jurista. Transporta no universo, faz conhecer comunidades, sociedades, mundos, pessoas e personalidades, e com elas aprender e reformular nossos pontos de vista. Sair da mesmice.

Segundo Paulo Freire (2014), “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”. Quando nascemos aprendemos a ver o mundo, como ele nos é exposto. Mas o indivíduo não deve se condicionar a ver o mundo. Ele precisa olhar o mundo. Logo, a leitura é fundamental para a compreensão das concepções presentes no mundo, pois a partir dessa compreensão podemos reescrever e transformar o mundo de forma consciente, racional e ética.

Assim, para melhor visualizar e promover um confronto entre as percepções dos pesquisados, acerca dos questionamentos, - Acha que a falta de escolarização prejudicou a sua vida profissional? Por que? - suas respostas foram sintetizadas na tabela abaixo:

**Tabela 4** – Analisando o impacto da ausência da escolarização na vida profissional

<b>Nome</b>	<b>Idade Atual</b>	<b>Acha que a falta de escolarização prejudicou a sua vida profissional? Por que?</b>
<b>Miguel</b>	34	Não. Terminei meus estudos, fiz o ensino médio.
<b>Lucas</b>	36	Sim, bastante. Se tivesse estudado não estaria pescando.
<b>Guilherme</b>	40	Sim. Pela impossibilidade de conseguir um trabalho melhor.
<b>Gabriel</b>	43	Sim. Porque se tivesse estudado estaria num emprego melhor.
<b>Paulo</b>	43	Sim. Porque se tivesse estudado estaria num emprego melhor.
<b>Artur</b>	44	Sim. Mais fui até onde pude. Não vou mais estudar.
<b>Rafael</b>	45	Sim. Pretendia ter estudado mais. Porém tive que parar.
<b>João</b>	46	Sim. Muito. Porque quando a pessoa não sabe ler escrever é ruim demais.
<b>Gustavo</b>	49	Sim. Teria mais oportunidade de emprego.
<b>Pedro</b>	49	Sim. Porque se tivesse estudado teria um emprego melhor.
<b>Mateus</b>	56	“Sim. Demais. Se tivesse estudado estava trabalhando embarcado num navio”.
<b>Bernardo</b>	56	“Sim. Se soubesse ler não precisava de ninguém. Mas preciso até para receber dinheiro. Às vezes, preciso pagar um boleto em João Pessoa e tenho que pagar a passagem para alguém ir comigo”.
<b>Antônio</b>	59	Não.
<b>Henrique</b>	60	Sim. Se tivesse estudado era outra coisa, não pescador!

<b>Romeu</b>	65	Sim. Teria conseguido um trabalho melhor. Não teria pego tanto peso.
<b>Heitor</b>	66	Sim. Porque quem não tem leitura, não tem nada!
<b>Filipe</b>	69	“Sim. Hoje não lido com o GPS. Não conheço o motor do barco e tudo tenho que pagar”.

Observando os dados expostos, é possível perceber que somente dois (12%) dos pesquisados responderam que a falta de escolarização não prejudicou suas vidas. O primeiro,

Miguel respondeu “*Não. Terminei meus estudos, fiz o ensino médio*”. Logo, a conclusão do ensino médio sinaliza o final dos estudos, pois vivendo em um contexto de avôs, pais e amigos analfabetos, concluir o ensino médio passa a ser um status almejado por muitos. Fato que traz maiores possibilidades de trabalho e consequentemente, uma vida digna, como é o caso de Miguel que voltou à pesca por estar, temporariamente, desempregado, mas através da escolarização conseguiu bens materiais que deram significação à escolarização.

Neste sentido, a sociedade trata de inculcar nos sujeitos que somente através da escola, se pode ter acesso aos bens materiais. Então, se você tiver sucesso na escola vai ter uma vida melhor: um emprego, uma casa, um carro. Mas, se fracassou, não vai ter nada. Então, ser analfabeto coloca o sujeito na condição de excluído do direito a uma “vida digna”. Porém, quando se é analfabeto, e mesmo assim, se consegue o status do alfabetizado, a escolarização perde a significação imposta pela sociedade. Como é o caso do Antônio, que se permitiu responder que a falta de escolarização não prejudicou a sua vida profissional. Por que?

Porque não se aprende somente através da escola, mas também pela observação da transmissão oral e cultural de um povo. Desse modo, ele aprendeu outros saberes que lhe permitiram ter acesso aos “bens legalmente destinados aos letrados”, promovendo assim, uma ruptura aos conceitos e critérios pré-estabelecidos na sociedade. Logo, mesmo no período de defeso ele não passa privações, por não viver exclusivamente da pesca, como é o caso da maior parte dos entrevistados.

Neste sentido, Freire (2013, p. 52) vem afirmar, “ gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja leitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade”.

Sendo assim, a inculcação imposta pela sociedade em relação ao atrelamento entre educação e trabalho, não foi por ele internalizada, fazendo com que buscasse outras alternativas e conseguisse assim, desafiar as “normas”, e a si mesmo, promovendo uma ruptura ao determinismo fatalista de uma sociedade que coloca os analfabetos em situação de vulnerabilidade social, estabelecendo que só através da escola se consegue um trabalho rentável e a estabilidade financeira. Assim, Feire (2013, p. 53) reforça: “A minha presença no mundo não e a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”.

Para os pesquisados, a escolarização representa um privilégio que se alcançado, pode dar acesso aos bens e direitos, a eles negados. Relacionam assim, exclusão de direitos a falta de escolarização e a condição de analfabetos rudimentares ou funcionais, e não as condições de exclusão a que foram submetidos.

Dentre estes, somente dois (13%) dos pesquisados relacionaram a falta de escolarização, a falta de autonomia no cotidiano familiar e no trabalho. Entre estes, O Bernardo que responde: *“Sim. Se soubesse ler não precisava de ninguém. Mas preciso até para receber dinheiro. Às vezes, preciso pagar um boleto em João Pessoa e tenho que pagar a passagem para alguém ir comigo”*. Já o Filipe acha que se fosse letrado não ficaria limitado a outros conhecimentos, e responde: *“Sim. Hoje não lido com o GPS. Não conheço o motor do barco e tudo, tenho que pagar”*.

Assim, os dois pesquisados não veem a falta de escolarização como uma barreira para conseguir um outro trabalho, pois a ele já se adaptaram, mas sim, para ter autonomia nas atividades do cotidiano. Neste sentido, Freire (2014, p.198) ressalta que “muitas vezes esta manipulação, dentro de certas condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas”.

E, Manipulados, não reclamam do trabalho e nem da falta de direitos, pois não percebem que, a falta de autonomia deriva não da falta de escolarização, mas da falta ao direito a permanência na escola, que lhes foram negados. Negados, porque seus avós e pais também os fora. Neste sentido, Freire (1981, p. 22) ressalta que “condicionados pela

ideologia dominante, não apenas obliteram sua capacidade de percepção do real, mas também, às vezes, se “entregam”, docilmente, aos mitos daquela ideologia”, reforçando a ideia dominante.

Logo, não poder permanecer na escola, passa então, a ser normal. Não percebem que foram obrigados a abandonar a escola para trabalhar e nem sua estreita relação com cerceamento de sua autonomia. Já o Artur afirmar, “*Sim. Mas, fui até onde pude. Não vou mais estudar*”. Para ele, retornar à escola, na fase adulta, e concluir o ensino fundamental II, foi desafiante, uma vez que, suas dificuldades de aprendizagens, na fase de criança e adolescente, nunca foram consideradas pela escola. Assim, ele acredita que venceu seus próprios limites, após reprovações e desistências. Logo, resistiu até onde pode, pois, “Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.” (FREIRE, 2013 p. 108).

Os outros quinze (88%) pesquisados, afirmaram que a falta de escolarização interferiu diretamente na vida profissional, levando-os a não conseguirem outras fontes de trabalho ou mesmo melhores condições de trabalho, como foi o caso do pesquisado Guilherme que, mesmo sabendo fazer desenvolver as atividades no barco que ancorara na praia, não pode ser contratado em virtude de não saber escrever para fazer os relatos necessários ao trabalho e nem assinar o próprio nome. Neste sentido, Carvalho (1993), ressalta:

As mudanças nas exigências de qualificação tendem a afetar a estrutura ocupacional também no que se refere ao grau de escolaridade formal. Nas economias industriais mais avançadas parece haver clara tendência para aumentar o grau de escolaridade da força de trabalho, dentro e fora da fábrica.

Nesta perspectiva, a escolarização se torna uma exigência também no mercado do trabalho precarizado e impede que sujeitos fisicamente aptos ao trabalho não possam ter um trabalho com melhor remuneração.

Desse modo, a falta de escolarização teve um grande impacto em suas vidas, não somente na dimensão econômica, comprovadas nas privações a que foram e ainda são expostos, em decorrência do trabalho precarizado, mas também na dimensão social e política. Assim, a ausência de escolarização corroborou não somente para que fossem

excluídos do mercado de trabalho, mas também das concepções acerca dos direitos políticos e sociais<sup>14</sup>.

Logo, as dimensões econômica, social e política se encontram assim, imbricados, justificadas e fundamentadas por uma ideologia dominante que trabalha em favor da manutenção e divisão de classes. Sendo assim, o fracasso na escola foi fator determinante, para que não conseguissem um trabalho diferente de seus pais: ser pescador. Trabalho precarizado e exercido em condições adversas, que além de colocar suas vidas em risco, “os afasta da terra e os inclui no mar do analfabetismo”. Analfabetismo que, igualmente ao mar, “queimam-lhes e marcam-lhes as costas”.

### **3.4. Refletir sobre a importância da escola para autonomia dos sujeitos**

Muito se tem discutido, na área educacional, sobre a importância da escola para a construção da autonomia de seus sujeitos. Para Lalende (1999), autonomia é:

[...] a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete”. (LALANDE, 1999, p. 115). Como a autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com auto-suficiência.

Assim, a autonomia conquistada através da escola pode ser compreendida, segundo Freire (2014), quando o sujeito se apropria do conhecimento e adquire condições para transformá-lo e aplicá-lo em situações concretas do seu cotidiano, ou seja, ele constata a situação, reflete e age sobre ela de forma positiva.

---

<sup>14</sup> Direitos garantidos no Art. 6º Constituição Federal são: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.



Neste sentido, buscando investigar qual a importância da escola para a autonomia dos pesquisados, segundo suas concepções, foi elaborada a tabela:

**Tabela 5** – Avaliando as concepções da importância da escola na vida dos pesquisados

<b>Nomes</b>	<b>Idade Atual</b>	<b>Que importância tem a escola na sua vida?</b>
<b>Miguel</b>	34	“Muita. Me ajudou a conseguir um emprego melhor e só volto a pesca quando fico desempregado”.
<b>Lucas</b>	36	Tudo. Porque na escola se aprende muitas coisas.
<b>Guilherme</b>	40	“É tudo. Queria muito saber ler. O estudo faz muita falta na vida das pessoas.”
<b>Gabriel</b>	43	“Para aprender a ler”.
<b>Paulo</b>	43	“Muita importância porque quem estuda tem uma vida melhor”.
<b>Artur</b>	44	“Muita importância. Pra conseguir trabalho, pegar transportes”.
<b>Rafael</b>	45	“A importância da escola é tudo, pois é importante para tirar documento, pegar transporte”.
<b>João</b>	46	Muita importância. É bom aprender a ler e estudar”
<b>Gustavo</b>	49	“É muito importante”.
<b>Pedro</b>	49	“Aprender a ler e viver melhor. A escola é tudo”.
<b>Mateus</b>	56	“Tudo. A escola tem importância. Só tenho uma inveja, de quem sabe ler”
<b>Bernardo</b>	56	“Pra mim tem muita importância. Porque se aprendesse a ler não precisava pedir a outras pessoas para resolver minhas coisas”
<b>Antônio</b>	59	Tem importância, mas gostava de ganhar dinheiro”.
<b>Henrique</b>	60	“Tem grande importância”.

<b>Romeu</b>	65	“Sempre teve muita importância, mas precisei trabalhar”.
<b>Heitor</b>	66	“Muita importância, pois que estuda consegue muita coisa na vida”.
<b>Filipe</b>	69	“A escola é tudo”.

Visualizando as respostas dos pesquisados, a pergunta: Que importância tem a escola na sua vida? Fica claro que todos dão importância a escola e veem nela variadas possibilidades. Assim, Miguel declara que através da escola conseguiu um bom emprego: *“Muita. Me ajudou a conseguir um emprego melhor e só volto a pesca quando fico desempregado”*. A pesca para ele se tornou temporária e opcional, e não por tempo indeterminado e obrigatória, pois através da escola conseguiu a autonomia para fazer opções.

Para os demais pesquisados a escola representa a possibilidade de conseguir um bom trabalho; local onde se aprende as coisas; perspectiva de uma vida melhor; autonomia para pegar transportes; autonomia para assinar documentos, sentimento de satisfação; autonomia no trabalho, renúncias e local que possibilita o acesso aos demais direitos, como assim define o Filipe: *“A escola é tudo”*.

Já o Antônio, não vê a escola como possibilidade de conquistar a autonomia. Para ele, que viveu durante a infância e adolescência, em condições de extrema pobreza, a autonomia representa o poder de ter dinheiro: *“Tem importância, mas gostava de ganhar dinheiro”*. Assim, poder trabalhar e comprar uma sandália, uma camisa e até um lanche, que seus pais não podiam oferecer, para ele, se tornava mais importante do que frequentar a escola. Assim, cedo começou a perder o interesse de estudar e foi repetida vezes reprovado, até perder o interesse pela escola ou pela *“autonomia que ela poderia ou pode oferecer”*. Neste sentido, Zatti (2007, p. 9-10), vem ressaltar:

[...] autonomia não é sinônimo de liberdade, que tem sentido mais indeterminado e por isso mais abrangente, engloba tanto a liberdade de dar a si os próprios princípios, quanto a capacidade de realizar os próprios projetos. Por isso, pensamos que é papel da escola promover uma educação que leve o educando a pensar livremente e, também, capacitá-lo para realizar os projetos que estabelecem para si.

Assim, durante o percurso de sua vida, o pesquisado Antônio não inculcou a mensagem estabelecida pela sociedade que atrela escola/trabalho na busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho. E rebelando-se a lógica do mercado e da escola se opôs, a ela, buscando conquistar sua autonomia não na escola, mas na observação e aprendizagens comunitárias, que proporcionou a ele outras formas de trabalho, além da pesca a que ficaram condicionado seus avôs e pais. Neste sentido, Freire (2014, p. 76), vem afirmar:

Desde o começo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceita, a sua responsabilidade total. É que está luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se.

Mas, como sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social e exclusão de direitos podem conquistar a autonomia? Que métodos ou práticas formais ou não formais podem instigá-los a refletir sobre suas condições existências e agir sobre ela? Zatti (2007, p. 31-32), vem esclarecer:

A partir da pedagogia kantiana, podemos dizer que uma educação que vise formar sujeitos autônomos deve unir lições da experiência e os projetos da razão. Isso porque no caso de basear-se apenas no raciocínio puro, estará alheia à realidade e não contribuirá para a superação das condições de heteronomia e, no caso de guiar-se apenas pela experiência, não haverá autonomia, pois para Kant a autonomia se dá justamente quando o homem segue a lei universal que sua própria razão proporciona.

Neste sentido, a escola enquanto instituição formal de ensino, deve buscar promover em seus sujeitos não somente a garantia do ensino científico, mas também a ampliação de ações que favoreça experiências nas práticas comunitárias, buscando assim, desenvolver a reflexão crítica nos seus sujeitos, ou seja, a educação para a autonomia.

Freire (1981), vem ressaltar que a alfabetização na perspectiva crítica deve estar pautada na prática social do alfabetizando, ligada a leitura do mundo, onde linguagem e realidade estão entrelaçadas. A alfabetização no sentido amplo deve desafiar o educando a

perceber o sentido amplo e profundo da linguagem e da palavra, que possibilitará “escrever” sobre seus problemas e “ler” a sua realidade, sem com isso, domesticá-lo na ilusão que sua alfabetização será uma alavanca de libertação. Mas sim, um aprendizado contínuo e criador, que lhe possibilitará realizar uma leitura crítica do mundo.

No capítulo em destaque, ficou claro que o processo de escolarização da maioria dos pesquisados, ocorreu ligado ao trabalho infantil e juvenil e no período da ditadura militar. Um período, onde, por via de regra, havia normas de subordinação espalhadas em todos os setores da sociedade. Assim, a escola se apresentava não somente como um local de “aprendizagens”, mas também de imposição as normas rígidas e intolerâncias, onde a palmatória, o castigo sob os joelhos no milho, se fazia presente para “domar” os que a ela não se adaptava.

Logo, meninos que, mesmo levando uma vida de privações financeiras, viviam em um ambiente livre, onde podiam conciliar o trabalho a um pouco de liberdade para correrem na areia da praia, nadarem nas águas do mar, navegarem sob o céu estrelado ou sob as nuvens de algodão, certamente apresentariam dificuldades em se adaptarem as normas estabelecidas na escola e no quadrado seco da sala de aula, onde não podiam exhibir ou compartilhar seus saberes, comuns no cotidiano de sua vida e cultura.

Prontamente, o trabalho venceu, pois dava a eles a liberdade para experimentar e aprender os saberes de sua comunidade que transmitido por seus familiares ou amigos, os tornavam “aptos a atravessarem as tempestades, ou nela sobreviverem”. Nesta perspectiva, a educação transmitida pela tradição oral permitiu a alguns desenvolverem habilidades tanto para navegarem em alto mar, como para construir barcos, canoas, jangadas e redes, onde enlaçam os peixes para o sustento de suas famílias ou captura as lagostas nos covos, construídos também por eles. Assim, seus saberes ligados a profissão, não advêm da educação escolar para a vida e trabalho como preconiza a Constituição Federal, mas sim da tradição oral, passado de geração em geração, no contexto familiar e comunitário.

Os impactos causados pela falta de escolarização são evidentes e se manifestam na falta de autonomia na vida e no trabalho, gerados pela tecnologia que os instiga a observar mais e mais, e perceber que para nortear o caminho do barco, de volta à terra, pelo GPS, basta: *“Pra butá o caminho de volta é três nomes pra baixo e depois mais dois ou três nomes pra cima”*. Assim, parte dos pesquisados percebem a escola como um local onde se pode conseguir um trabalho - não melhor que no mar, pois em suas falas, o mar não se apresenta como vilão, mas sim como um refúgio, onde gostam de estar – mais rentável e que possibilite uma vida digna e com menos privações econômicas aos seus familiares.

Enquanto outros, visualizam a escola como um local de possibilidades para a conquista da autonomia onde se pode aprender a ler e ter autonomia na vida e no trabalho, um direito ainda a ser conquistado e que buscam: “*Se eu soubesse ler os nomes que tem lá no GPS, eu conseguia butá o caminho*”.

Assim, a maioria dos entrevistados reconhecem que a falta de escolarização provocou impactos na vida social e econômica, especialmente na profissional. Alguns alegam que, devido as condições de pobreza em que viviam, não puderam optar pela escola. Ficando assim, condicionados à pesca. Segundo Zatti (2007, p.9):

[...] as condições sociais desfavoráveis como pobreza, miséria, favelamento, em que grande parte da população brasileira vive, são elementos que dificultam e até impossibilitam a autonomia. Em geral a pobreza econômica condiciona a uma situação de pobreza cultural, o que dificulta e limita o exercício autônomo da cidadania, pois, privados de boa formação, não conseguem estabelecer-se como sujeitos no contexto social por não terem condições iguais de intercomunicação e não terem condições iguais para disputar as oportunidades, inclusive de emprego.

Logo, a condição de vulnerabilidade social e de autoritarismo a que foram expostos os pescadores, durante o processo escolar, associada a ausência da alfabetização, contribuíram para a falta de autonomia, condicionada, diante das novas tecnologias, a escolarização, que lhes fora negada pela elite dominante.

No entanto, independentemente das visões que a maioria do pesquisados possam ter da escola, Filipe, assim a define: “A escola é tudo”. “Tudo”, que precisa ser transformado para possibilitar uma educação ética que promova a emancipação de seus sujeitos para o exercício da cidadania.

Neste sentido, os pescadores precisam, igualmente ao ritmo das ondas, ir para o mar e voltar para suas areias, porém banhados nos conhecimentos que se completam e formam o ser humano, e juntos ampliam a leitura de mundo: o conhecimento popular e o conhecimento científico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos registros e das reflexões citadas no trabalho, apresentarei algumas considerações que não pretendo entendê-las como concluídas, pois, têm objetivo de expressar o meu entendimento a respeito das leituras dos momentos vivenciados.

Neste sentido, na pesquisa realizadas sobre a realidade educacional dos pescadores da Praia de Ponta de Matos, constatei que os entrevistados apresentam um baixo nível de escolaridade e que são na maioria analfabetos, chegando alguns a não conseguirem assinar o próprio nome. Porém, adquiriram conhecimentos transmitidos na tradição oral de familiares e amigos, construídos nas práticas comunitárias do cotidiano sempre dinâmico e mutável, que lhes permitem navegar milhas e milhas em alto mar, fundamentados na tradição do seu povo, na observação do outro e nos elementos da natureza, igualmente a um piloto que, fundamentado no saber científico, consegue manter sua aeronave estável em altas altitudes no ar e aterrissa no solo com tranquilidade.

De acordo com os relatos dos pesquisados, o processo de escolarização foi permeado de desafios. Entraram tardiamente na escola e no período em que permaneceram nela, precisaram se desdobrar, se dividindo entre o trabalho e a escola, já que a condição de pobreza dos pais, exigia que colaborassem com a renda familiar.

Relataram ainda que, nesta tortuosa jornada, muitos foram reprovados alguns anos ou transferidos para as séries seguintes sem serem alfabetizados. Assim, a falta de sucesso na escola somados a necessidade do trabalho culminaram com a desistência dela.

Neste sentido, a ausência da escolarização na vida dos pesquisados, contribuíram de forma decisiva para que não tivessem maiores oportunidades no mercado de trabalho e fossem impulsionados a trabalhar com os familiares, já pescadores. Deste modo, suas limitações econômicas, decorrentes do trabalho precarizado, se estenderam ao nível social, fazendo que ficassem excluídos, também, dos bens e direitos sociais.

Em suas falas, os pesquisados deixaram transparecer que as dificuldades em permanecer na escola, deveu-se ao fato deles serem pobres e precisarem trabalhar. Assim, a ausência de escolarização produziu nos pesquisados, além dos impactos econômicos e sociais, concepções errôneas acerca da responsabilidade sobre sua condição, fazendo-os eleger a pobreza como responsável pela condição de vulnerabilidade social.

Em relação a importância da escola para a autonomia dos sujeitos, foi possível constatar que estes, apesar de atribuírem grande importância a escola, a veem, na maioria,

como porta para a possibilidade de conseguir melhores ofertas de emprego. Logo, percebem a escola como o local onde se aprende a ler e escrever com o intuito de se conseguir um bom trabalho. Assim, o fato de não conseguirem sucesso na escola aliados a pobreza e ao cansaço pela dupla jornada, enquanto crianças e adolescentes, foram elementos substanciais, não, para que desistissem, mas, para que precisassem, dela se afastar.

Na leitura e reflexão dos dados coletados, foi possível constatar que os pesquisados, mesmo tendo frequentado a escola em décadas anteriores, não fogem dos resultados das estatísticas das avaliações nacionais atuais, que exibem a incapacidade de reflexão dos estudantes, até mesmo, para resolver problemas básicos, relacionados a interpretação da escrita, da leitura e da matemática, trazendo como consequências, a falta de autonomia, como foi constatado na realidade do cotidiano de vida e trabalho dos pescadores.

Contradizendo suas concepções, a escola deve ter como princípio educativo promover a transformação social e a emancipação de seus sujeitos, que dentro do seu contexto social, constata o fato, pensar sobre ele, e, age de forma positiva, individual ou coletivamente, na transformação de sua realidade. Logo, a escola deve imbuir em seus sujeitos, uma educação conscientizadora e transformadora, onde o professor tem o papel decisivo de incorporar em seus sujeitos os princípios básicos de justiça, tolerância, solidariedade, amor e respeito aos direitos e deveres, ou seja, promover a autonomia de seus educandos para estar e atuar na sociedade, interpretando assim, os “textos” que nela circulam.

Assim, partindo da ideia de que a educação pode ocorrer ao longo da vida e tomando os resultados da pesquisa, como uma amostra da realidade nacional, a pesquisa tem caráter inovador e poderá se apresentar como um norte para a criação de políticas públicas que visem a criação de projetos, para atender às necessidades educacionais dos pescadores, baseadas em suas especificidades de tempo e espaço, tendo em vista que o tempo disponível para a sua escolarização está inteiramente ligado ao período do seguro defeso.

Logo, a escolha do Trabalho para a Conclusão do Curso – TCC, foi desde o início, pensada para atender a necessidade de escolarização dos pescadores da Praia Ponta de Matos.

No entanto, o tempo para construir e executar o projeto de alfabetização, e posteriormente, fazer a análise e escrita, se mostrou reduzido. Assim, a sábia sugestão da orientadora no sentido de pesquisar a realidade educacional dos pescadores não esgota a ideia e o desejo de realizar o projeto inicial, mas serve como instrumento de análise que contribui, de forma decisiva, na implantação do projeto, num futuro próximo.



Nesta perspectiva, a relevância da pesquisa para a área acadêmica se fundamenta na sua publicação como fonte de pesquisa e ampliação dos campos e temáticas a serem pesquisados, por novos pesquisadores, bem como na consolidação da aprendizagem de novas formas de aprender, ensinar e fazer pesquisas.

Assim, a relevância de estar concluindo o curso, vivenciado a pesquisa de campo, me forneceu elementos para conhecer e poder desenvolver pesquisas futuras em outros campos da educação, pois além de aprender sobre sua sistematização, me proporcionou também uma visão ampla sobre os caminhos da pesquisa científica que incluem também análise crítica, reflexiva e criativa.

Neste sentindo, a realização da pesquisa me favoreceu vivenciar uma experiência desafiante e inovadora que é a construção de um projeto de pesquisa e contribuiu para a minha qualificação pessoal e profissional numa área específica do conhecimento, à medida que me proporcionou a apropriação de um conhecimento universal, sistematizado e necessário à prática educativa na sociedade.

Acredito, assim, pela experiência vivida durante o desenvolvimento desse trabalho, que a pesquisa servirá como base facilitadora para que possa atingir o meu objetivo final que se firma, ainda, na construção e execução do projeto de alfabetização com os pescadores, que muito contribuirá não somente para a ampliação de meus conhecimentos, na área educacional, mas especialmente, com o início da construção da autonomia dos pesquisados.

Portanto, acredito ainda, assim como Heráclito (540 a.C. – 470 a.C.), que “O rio não banha o mesmo homem duas vezes, pois na segunda vez, o rio não mais é o mesmo e nem tampouco o homem. Assim, espero que os pesquisados possam, no retorno a sala de aula, banhar-se em uma nova escola que vise promover a transformação social e a autonomia de seus sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Resiliência: a construção de uma nova pedagogia Pedagogia da autonomia: saberes para uma escola pública de qualidade**, fascículo 13. 7ª. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel de González. **Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017
- ARROYO, Miguel de González. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. IN: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L, (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2009. 19-50.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD. N. A. S. **Fundamentos da Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BEHRENS, Maria Aparecida. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**. In: MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas – SP: Papirus, 2000.
- BORGES, Liana. O seja de Porto Alegre. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Viver de Criar Cultura, Cultura Popular, Arte e Educação**. In: **Linguagens Artísticas da Cultura Popular- TV Escola, Boletim 1**, mar. /abril.2005. p.11-23 **Os Bichos e nós e o que fazemos nós de nossos bichos**.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012. 454
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e Adultos**. Parecer CEB nº 11/2000, de 10 mai. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer>> Acesso em 09 mai. 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno1.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf) > Acesso em: 09 abr. 2018.
- BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96**. 3ª ed. Rio de Janeiro: 1996. Brasília, 1996. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm)> Acesso em: 06 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Brasília, 1996b. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L9424compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9424compilado.htm)> Acesso em: 08 set. 2018.

Cabelo na web: um portal para divulgar as notícias e os encantos de cabelo e da paraíba para o mundo. Disponível em: <  
<https://i1.wp.com/www.politicaetc.com.br/wpcontent/uploads/2016/01/00-2.jpg?fit=900%2C675>> Acesso em: 07 Jun. 2018.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Dossiê tecnologia, trabalho e desenvolvimento: **Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho do terceiro?** Estud. av. vol.7 no.17 São Paulo Jan./Apr. 1993 Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141993000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141993000100003&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 10 mai. 2018.

CASSIN, Marcos. **Aparelhos Ideológicos de Estado e a Escola**. In: ALTHUSSER, Louis Aparelhos Ideológicos de Estado, 2015. Sobre a Reprodução 1999, no Brasil. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Louis-Althusser-AparelhosIdeologicos-e-a-Escola-M-Cassin.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2018.

CAYMMI, Dorival. Letras. **O Bem do mar**. Bahia: 1954. Disponível em: <  
<https://www.letras.mus.br/dorival-caymmi/45589/>> Acesso em: 17 mai. 2018.

CAYMMI, Dorival. Letras. **Suíte do pescador**. Bahia: 1941. Disponível em: <  
<https://www.letras.mus.br/dorival-caymmi/45589/>> Acesso em: 17 mai. 2018.

CAYMMI, Dorival. Letras. **O mar**. Bahia: 1939. Disponível em: <  
<https://www.letras.mus.br/dorival-caymmi/45589/>> Acesso em: 17 mai. 2018.

CAYMMI, Dorival. Letras. **O vento**. Bahia: 1957. Disponível em: <  
<https://www.letras.mus.br/dorival-caymmi/45589/>> Acesso em: 17 mai. 2018.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Teoria do conhecimento**. Florianópolis, 2008. IN: BERTRAND, Russel. Da natureza da familiaridade. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. (Coleção Os Pensadores). Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/125555412/Livro-Teoria-Do-Conhecimento-Luiz-Henrique-de-a-Dutra-EAD-UFSC>> Acesso em: 14 mai. 2018.

ÉFESO, Heráclito de. Pensador. Disponível em:  
 <<https://www.pensador.com/frase/MTM1NjQ5Mg/>> Acesso em: 23 mai. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Rev. Bras. Educ. no.14 Rio de Janeiro. 2000. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782000000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200015)> Acesso em: 14 abr. 2018

FERREIRA, Paula. **Catástrofe nacional', dizem especialistas sobre resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização**. O Globo. 2017. Disponível em: <  
<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/catastrofe-nacional-dizem-especialistas-sobreresultados-da-avaliacao-nacional-de-alfabetizacao-21991860>> Acesso em: 25 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/Hemeter/paulo-freire-ao-culturalpara-a-liberdade> > Acesso em: 16 de mar. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** 56ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Quêzia Vila Flor. Jovens na Educação de jovens e adultos: **produção no fracasso no processo de escolarização**. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2009

FURTADO, Quêzia Vila flor. Jovens na Educação de jovens e adultos: **Produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar**/Quêzia Vila Flor Furtado.- João Pessoa: Editora CCTA/UFPB, 2015.

JPB2JP: **Chuva deixa ruas intransitáveis em Cabedelo**. Disponível em <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/t/edicoes/v/jpb2jp-chuva-deixa-ruas-intransitaveis-em-cabedelo/3456900>> Acesso em: 25 abr. 2018

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. Editora Martins Fontes, 1999Disponível em <<https://www.skoob.com.br/livro/pdf/vocabulario-tecnico-e-critico-dafilosof/livro:149743/edicao:166956>> Acesso em: 25 abr. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 7ª ed. -8.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: **Observação e Registro**. Brasília, 2006.

Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, 1997-2014.Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_o\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_o_censo_educacao_basica_2013.pdf) > Acesso em: 08/03/2018

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade. Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores Familiares. Saberes da Terra. Brasília, 2005. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anexo7.pdf> > Acesso em: 11 mai. 2018.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios. Brasília, 2013. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf> > Acesso em: 15 de fev. 2018

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)> Acesso em 12/04/2018.

PIMENTEL, Altimar de Alencar. Cabedelo Volume II: **Coco do Rio Grande do Norte** Prefeitura Municipal de Cabedelo. 2002. In. ANDRADE, Mario. **A UNIÃO** Superintendência de Imprensa e Editora: Distrito Industrial dezembro de 2002.) 342 páginas.

\_\_\_\_\_. PIMENTEL, Altimar de Alencar. **Cabedelo Volume II**. Prefeitura Municipal de Cabedelo. Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. 2002.

PINTO, Sandra Lúcia Aparecida; SOUZA, Luciana Cristina de. **Tecnologia e trabalho na era da informação**. Scientia Iuris, Londrina, v. 21, n. 3, p.99-124, nov. 2017. DOI: 10.5433/2178-8189.2017v21n3p124. ISSN: 2178-8189. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/viewFile/28248/22326>> Acesso em 10 de mai 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L9424compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9424compilado.htm)> Acesso em: 19 mai. 2018

PRESTES, M. L. M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. – 4ª ed. – São Paulo: Rêspel, 2012. 312p.; 30 cm.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: VozesS, 2012.

LUZ, Simone. Jangada. Petrópolis. 2014. Disponível em: <

<https://www.artmajeur.com/pt/artgallery/simone-luz/318175/jangada/8975719>> Acesso em: 15/15/2018.

VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Disponível em: <[www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm](http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm)> Acesso em: 20 abr. 2018.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Cabedelo. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabedelo>> Acesso em 10 mai. 2018.

ZATTI, Vicente **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. ISBN 978-85-7430-656-8 Publicação Eletrônica IN: Crítica e Interpretação Kant, Immanuel. Freire, Paulo Disponível em:

<<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2018.

## **APÊNDICE - A**

### **Roteiro da entrevista aos pescadores**

1. Você está matriculado em alguma escola?
2. Você frequentou a escola? Com que idade entrou?
3. Cursou até que ano? Repetiu algum ano? Quantos?
4. Quantos anos você permaneceu na escola?
5. Em algum momento deixou de estudar/ Por quê?
6. Sente vontade de retornar à escola? Por quê?
7. Acha que a falta de escolarização prejudicou sua vida profissional? Por quê?
8. Qual a principal ocupação?
9. Tem outra ocupação rentável? Qual?
10. Como aprendeu os saberes de sua profissão?
11. Que importância tem a escola na sua vida?